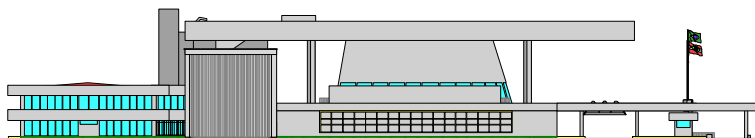


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 12 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.169

**16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS  
(Lideranças)**

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
**Quartas-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Lício Mauro da Silveira  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**  
Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

**DIRETORIA LEGISLATIVA****Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:**

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES****Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## EXPEDIENTE



**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XVIII - NÚMERO 2169**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS**  
**TIRAGEM: 6 EXEMPLARES**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 038ª Sessão Ordinária realizada em 06/05/2010 .....2

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa .....12

**Publicações Diversas**

Ata da Procuradoria.....13  
 Extratos .....13  
 Ofícios .....14  
 Portarias .....16  
 Projetos de Lei.....19  
 Proposta de Emenda à  
 Constituição .....20

# P L E N Á R I O

## ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA

### DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2010

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Wilson Vieira.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se à micro e pequena empresa.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda pleito de vários municípios a respeito de rodovias; aborda reivindicações dos agricultores; justifica sua ausência na Casa no dia de ontem.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se às MPVs.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Tece comentários a respeito da produção catarinense de vinhos.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Aborda as melhorias salariais dos servidores públicos.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Sugere que a Procuradoria da Casa dê parecer quando surgirem impasses de ordem legislativa.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Explica tramitação de matérias antes de aportarem no Legislativo.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Manifesta-se a respeito de chamada aos municípios pelo ministério da Integração.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Cumprimenta lideranças de vários municípios; cumprimenta a PM pelos 175 anos; destaca obra de rodovia em Brusque.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Questiona atitudes do governo estadual.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Aborda a responsabilidade da situação criada pelo estado com relação às MPVs.

**DEPUTADO ANTÔNIO CERON** - Manifesta-se a respeito dos recursos federais para calamidades públicas; registra evento do DEM em Fpolis.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Ressalta discurso do senador Raimundo Colombo.

**Ordem do Dia**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Registra repúdio à aprovação da MP 0169.

**Explicação Pessoal**

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Reporta-se à micro e pequena empresa.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Solidariza-se com a causa da micro e pequena empresa.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Fala sobre a Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista; reporta-se ao Besc, à Casan e à Celesc; aborda a privatização da merenda escolar.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Questiona a terceirização da merenda escolar; questiona a distribuição dos lucros da Casa; critica esgoto a céu aberto em Braço do Norte; questiona a troca de hodômetros em Fpolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)  
 Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, ontem

participamos, em Brasília, da frente parlamentar que trabalha com as microempresas, liderada pelo deputado Cláudio Vignatti. Houve a participação de muitos deputados não só de Santa Catarina, mas de vários estados brasileiros, além de representantes das federações do comércio, da confederação, dos sindicatos, do Conselho Nacional de Contabilistas, bem como de outras lideranças representando o governo federal, os ministérios e o Sebrae, que tem uma participação efetiva em todas as atividades das micro e pequenas empresas.

Na ocasião foi apresentado um projeto que está tramitando no Congresso Nacional e que visa fazer algumas inclusões e algumas alterações na Lei Geral da Microempresa. Em especial, nesse anteprojeto consta uma proposta de inclusão do empreendedor individual rural, do microempresário ou da microempresa rural. Além disso, trata do aperfeiçoamento do empreendedor individual que está inserido nesse contexto.

Como esse anteprojeto ainda está em debate para o aperfeiçoamento das propostas, estão previstos novos encontros para os dias 26 de maio e 12 de junho, e evidentemente vamos participar direta ou indiretamente para contribuir na sua elaboração antes que ele vá para as comissões e depois para a votação final.

Além de ser um debate oportuno, é indispensável, dentro de um processo democrático quando se elabora um projeto de lei, discutir-se amplamente antes de consolidar-se, concretizar-se o projeto em lei. E, ao mesmo tempo em que foi debatido esse anteprojeto, houve também uma apresentação por parte do Sebrae da Lei Geral da Microempresa, que foi criada em 2006 e que se consolidou com o objetivo de oportunizar, facilitar e diminuir a carga tributária da micro e pequena empresa. E nós, catarinenses, tivemos a oportunidade de participar do processo percorrendo o estado de Santa Catarina e aperfeiçoando essa lei.

Teoricamente os legisladores, quando da elaboração da Lei Geral da Microempresa, tiveram as melhores das intenções ao diminuir a carga tributária, a burocracia, fazendo com que todos os impostos fossem recolhidos em uma única guia, dando-lhes a oportunidade de participação melhor nas concorrências públicas, dentre outras medidas que foram adotadas no texto que se transformou em lei e que são benéficas para a micro e pequena empresa.

No entanto, sr. presidente, srs. deputados, depois da promulgação da Lei Geral da Microempresa, quando ela de fato entrou em prática, o primeiro aspecto que se constata, na questão do ICMS, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, é que a microempresa hoje está sendo penalizada mais uma vez. Exemplificando, na atividade comercial em especial, quando da aquisição de um produto, o ICMS já está embutido nesse produto, consequentemente o comprador, o varejista está pagando esse ICMS, se ele adquire do estado ou se compra de outros estados, que é a grande maioria dos casos.

Pois bem, ele adquire esse produto, acrescenta a sua margem, recolhe o ICMS que já está embutido no produto, ou seja, paga, acrescenta o que estabelece a Lei Geral da Microempresa, que recolhe sobre o faturamento, portanto está pagando o ICMS sobre o produto adquirido, acrescentando a sua margem, e ainda pagando ICMS sobre ICMS, srs. deputados.

Não bastasse isso, os governos estaduais, através do Confaz, que é a

organização dos secretários estaduais da Fazenda, inventaram, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que participou conosco e teve um relevante papel, um trabalho muito importante na Lei Geral da Microempresa - e nem todos os estados fizeram, mas a grande maioria -, a tal da substituição tributária. Essa substituição tributária está inviabilizando a micro e pequena empresa, principalmente na atividade varejista. Não apenas constatado por este deputado, mas por todas as federações, confederações, enfim, todas as entidades de classe. E o Sebrae solicitou um estudo à Fundação Getúlio Vargas que mostra que aumentou em média 22% o custo da carga tributária para a micro e pequena empresa, ou seja, 22% a micro e pequena empresa perde em sua competitividade na atividade exercida. Ou o governo federal, através de uma alteração, e, principalmente, os governos estaduais têm a sensibilidade de dar uma condição justa para a micro e pequena empresa, deputado Dirceu Dresch, ou vai haver uma migração, novamente, da microempresa para a atividade normal.

E nós apresentamos uma proposta, em Brasília, além do estudo da Fundação Getúlio Vargas apresentada pelo Sebrae, para que a micro e pequena empresa tenha pelo menos o direito de ter a compensação desses impostos, principalmente dessa substituição tributária à medida que vai fazer o pagamento através da sua guia única.

É o mínimo que se pode fazer, ou que se permitam os créditos desse ICMS para que a micro e pequena empresa tenha condição de sobrevivência e continue gerando emprego e renda para os catarinenses, para os brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSC Digital, gostaria de trazer mais uma vez a esta Casa uma reivindicação dos municípios, das suas Câmaras de Vereadores, das entidades que representam a sociedade. Trata-se, mais especificamente, de uma reivindicação muito forte do alto vale do Itajaí, das cidades de Rio do Campo, Taioí, Santa Terezinha e especialmente da Câmara de Vereadores de Rio do Campo, do vereador Rodrigo Preis, sobre a recuperação da rodovia estadual que liga Taioí a Rio do Campo e também a Santa Terezinha.

Já apresentei duas indicações e dois pedidos de informação a serem enviados ao governo, para que a secretaria Regional de Taioí recupere essa rodovia que está intransitável. Ela atende a uma região importante, a municípios importantes que produzem, que trabalham, que lutam e que estão nessa situação. Também falamos de outras rodovias estaduais em outros momentos e quero reafirmar que precisamos de um grande programa de recuperação dessas rodovias, porque elas estão danificando muito os carros, os caminhões, causando-lhes problemas mecânicos incalculáveis.

Também a rodovia que liga Bom Jesus a São Domingos, onde estive nesse final de semana, estava com água e barro em cima da pista. Na área indígena de Ipuauçu, as pessoas caminham em cima da pista, porque do lado é barro, banhado, e a rodovia está cheia de buracos. Precisamos de investimentos de recuperação, nessa área.

De Chapecó a São Lourenço do Oeste, é uma rodovia cheia de curvas, extremamente perigosa, que também está cheia de buracos. Essa é uma reivindicação que

fazemos desta tribuna, que não precisaríamos estar fazendo, porque essa é uma função do estado, das secretarias Regionais. São tantas secretarias, 36 ao todo, para atender a todas as regiões e ainda não é feito o básico, que é a recuperação dos buracos que existem nas pistas. É bem verdade que está chovendo muito, mas isso não justifica. Nós tivemos um período longo em que o tempo estava limpo, estava bom, quando poderia ter sido feita essa recuperação, principalmente quanto à buraqueira que temos pelo estado agora.

Estamos fazendo essa reivindicação hoje desta tribuna porque as indicações, as reclamações que apresentamos, deputado Silvío Dreveck, não estão causando efeito.

Os representantes dos municípios, as prefeituras, as Câmaras de Vereadores têm vindo aqui para pedir aos deputados que façam algo pela região e que ajudem a sensibilizar as secretarias e o governo do estado para resolver esse problema. Nessa perspectiva estamos levantando essa questão das rodovias estaduais mais uma vez, deputado Décio Góes.

Queria falar sobre outra questão e também justificar a minha ausência na sessão de ontem nesta Casa. Estive acompanhando uma série de mobilizações dos agricultores familiares no estado. Anteontem em Tubarão, no sul, aconteceu uma importante mobilização, mas não estive presente. E, ontem, no extremo oeste, em Dionísio Cerqueira, os agricultores fizeram uma caminhada, um ato na Receita Federal, no Banco do Brasil, porque eles estão fazendo a jornada nacional de lutas da agricultura familiar. E está acontecendo, em vários estados do Brasil, um processo de mobilização.

Os agricultores têm a sua pauta de reivindicação, que traz vários pontos, apesar de todas as conquistas feitas nos últimos tempos. Há duas semanas houve uma importante conquista com a publicação da Política Nacional de Habitação Rural. Essa foi uma grande conquista. E inclusive estão preparando agora, dia 28, um grande encontro em Chapecó, o Encontro Estadual de Habitação da Agricultura Familiar.

Então, no dia de ontem houve essa mobilização na qual os agricultores trouxeram duas grandes questões para a pauta. Uma delas é a questão ambiental e a segunda é a questão preço, em que se avançou muito, inclusive já temos o PGPAF - Programa da Garantia Preços para a Agricultura Familiar -, que garante para os agricultores que na época do contrato do financiamento ele já sabe o que vai receber. Mas os produtos que vão além do pagamento do Pronaf ainda não têm essa garantia de um preço bom. Têm o preço mínimo, mas ele está muito aquém da necessidade dos agricultores.

Então, foram esses dois pontos de pauta. E na questão de meio ambiente, os agricultores estão cobrando do estado a regulamentação do projeto aprovado nesta Casa, referente à remuneração, ao pagamento por serviços ambientais. E no dia 19 de abril venceu o prazo para o governo do estado regulamentar alguns artigos na Lei n. 15.133/2010. Além da regulamentação da referida lei estadual, os agricultores estão reivindicando a aprovação do projeto na Câmara de Deputados, em nível nacional, que o presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional, implantando o pagamento por serviços ambientais no Brasil. Essa importante política pública com certeza ameniza muito essa preocupação ambiental no Brasil, principalmente para os pequenos agricultores que produzem cuidando do meio ambiente.

Por último, uma das questões que nós queremos ressaltar aqui é a importância da

aprovação pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama -, na última quinta-feira, da resolução que traz um tratamento diferenciado para a pequena e a grande propriedade na questão do meio ambiente, porquanto a agricultura familiar, a partir dessa resolução, passará a ser tratada como área de interesse social. E ao ser tratada com área de interesse social, ela tem alguns tratamentos diferenciados na questão ambiental.

Deputado Silvío Dreveck, existe a perspectiva de que tudo o que já existia na propriedade antes de 2006, com a aprovação da lei nacional da agricultura familiar, poderá continuar existindo, produzindo. Portanto, se tem uma produção de maçã, de uva, de pasto ou mesmo de grãos, ou se tem uma casa, uma instalação, a menos de 30m da APP, pode continuar produzindo e existindo aquilo.

Essa é uma resolução muito importante, que na nossa avaliação mexe com 100% dos agricultores familiares de Santa Catarina, que têm em média até quatro módulos fiscais, o que seriam 80ha, e resolve praticamente todos esses impasses que nós tivemos referentes ao Código Florestal Brasileiro que fala dos 30m da APP.

Portanto, essa é uma conquista fundamental para os nossos agricultores, pois poderão continuar produzindo, mas sempre tendo clara, e eles sabem, a importância de cuidar do meio ambiente, a importância de ter uma água boa na propriedade, preservada na propriedade, e a importância de ajudar a prestar esse serviço para a sociedade. Assim, a área de interesse social e o pagamento por serviços ambientais trazem mais tranquilidade à nossa agricultura familiar.

Por isso, cobramos aqui do estado, da secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável a regulamentação da Lei...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Quero fazer uma breve reflexão a respeito dos desdobramentos, oscilações, aqui, na Assembleia Legislativa, especialmente no que tange a tramitação do conjunto de medidas provisórias que estão aqui.

Analisando, de um mês para cá o nosso comportamento aqui na Casa tem sido mais comum do que gente subindo a bracinga. Esse termo é usado em Imbuia e creio que também no planalto norte. Subir a bracinga é aquele cidadão que faz um negócio e na hora do vamos ver diz que não era bem assim. E isso tem acontecido bastante aqui na Assembleia. Há quatro semanas todo mundo iria fazer todo tipo de emenda, iria resolver todos os problemas dos servidores, iria ter reunião com o governador e ainda dava tempo de resolver mais um problema. Mas a cada semana que passa é mais gente subindo a bracinga.

Depois que o governador retirou as duas medidas provisórias da Saúde, que atenderiam a uma minoria dos trabalhadores da Saúde, deixando a maioria de fora - e é preciso que se registre que 13 mil servidores da Saúde não ganhavam um centavo -, muitas emendas que foram feitas estão sendo retiradas ou pelo menos os deputados proponentes perderam a graça de defendê-las.

Fui representar a bancada do PT na

comissão de Finanças. E queria defender as emendas da bancada. A orientação parece-me que até seria retirá-las. De forma que me absteve na MPV n. 0173 por causa disso. Inclusive, o pessoal do Sinte precisa saber disso para parar de falar bobagem nos corredores. Por que não me procurou para apresentar emendas? Se tivesse sido feito assim, eu teria defendido a emenda até o fim.

Na MPV n. 0169, apresentei duas emendas e a bancada do PT outras duas. Como fomos atropelados pela manhã na comissão de Finanças, inclusive com a negação do pedido de vista, fiz um requerimento para defender em destaque as emendas, tanto as minhas duas quanto as duas do PT. E só consegui as quatro assinaturas depois que retirei as duas da bancada do PT. Somente eu defendi as emendas em destaque aqui.

Agora, não bastasse aquilo que considero um golpe na comissão de Finanças ontem pela manhã, ou seja, negar o pedido de vista no dia que é feito o relatório e não duas semanas depois, enfim, não bastasse o golpe na comissão de Finanças pela manhã, não bastasse o requerimento para que o plenário mandasse retornar a MPV n. 169 para a comissão de Finanças, não bastasse ter sido o único a apresentar requerimento para destaque das emendas aqui no plenário, o que me espantou mesmo foi o fato de que as emendas que este deputado apresentou tiveram apenas três votos. Emendas deliberadas pela assembleia geral dos praças, no dia 30 de março, que não tinha impacto econômico para o estado. O estado não ira gastar um centavo a mais, talvez gastasse menos do que trazia o texto original da medida provisória, pois não incorria em nenhuma possibilidade, mesmo que remota, de crime eleitoral, justamente porque não estendia vantagem para ninguém, além das que já estavam.

Teve apenas três votos favoráveis. E alguém pode pensar, os que estão nos acompanhando, o pessoal das categorias dos trabalhadores que estão nos acompanhando pela TVAL que, aliás, andou falando bobagens ontem o dia inteiro, lá nas entidades também, especialmente no Sinte, enfim, mas alguém pode pensar que foi o meu voto e talvez o voto de dois deputados do PT. Mas não foi! Foi o meu voto, o do deputado Darci de Matos e o do deputado Cesar Souza Junior. Ninguém mais votou nas emendas que não provocariam nenhum impacto financeiro, que não estendiam direito para ninguém. Ou seja, todo mundo acreditando no terrorismo de se tornar inelégível caso aprovasse a emenda.

Portanto, parece que tem um recuo bastante grande aqui na Assembleia Legislativa. Metade já subiu a bracinga, e temos que ficar atentos, porque está todo mundo no salve-se quem puder, aqui dentro. E esse Poder, eu imagino, fica diminuído com relação a isso.

Com relação à nossa, nossa não, a deles, Medida Provisória n. 169, que deu R\$ 2.000,00 de gratificação a todos os oficiais, inclusive, para o tenente de um ano de serviço, e R\$ 250,00 parcelados a todos os praças, inclusive para aquele sargento, subtenente, soldado antigo, até mesmo com mais de 30 anos de serviço, os partidos em geral, permitam-me dizer dessa forma, cederam à pressão de meia dúzia de oficiais. E aí fica gente botando nota no jornal de que este deputado e a categoria, os praças, concordaram com as alianças que estão sugerindo por aí.

Acontece que todo mundo está namorando. Não estão mais nem namorando, deputado presidente Jorginho Mello, todo mundo está dormindo com todo mundo dos

partidos políticos de Santa Catarina. Está todo mundo dormindo com todo mundo. E só iremos saber quem engravidou de quem lá no final de junho.

Na hora de defender os praças, a posição dos praças, aqui, nem que seja com um votinho, votar junto na emenda dos praças, que não provoca impacto, não aparece essa vontade de ser amigo dos praças. Estou dizendo tudo isso para dizer que não estamos contemplados em nenhuma das pré-candidaturas lançadas ao governo do estado, porque enquanto um dos partidos não descobrir, não assimilar que se quiserem ter boas relações com 95% dos policiais e bombeiros militares tem que ouvir esses 95% e não apenas os coronéis, não há possibilidade de diálogo. Inclusive, fizemos 175 anos ontem e já temos experiência suficiente para saber que na cabeça deles existem pelo menos duas polícias - uma delas, a que ganha bem, tem direito, faz e acontece, abusa da autoridade, e a outra, a dos 95%, tem que ser humilhada todos os dias, tem que receber as migalhas que sobram da mesa farta deles.

Enquanto os partidos, e vale para todos, para todos os partidos, sem exceção, enquanto os partidos não assimilarem a ideia de que não tem jeito de resolver alguns problemas que temos na segurança pública sem dizer para meia dúzia de coronéis que eles devem trabalhar e fazer bem o serviço dele, enquanto os partidos não decidirem ouvir os praças efetivamente e não apenas de fingimento, continuamos sem nenhum pré-candidato a governador ou a governadora, repito, insisto, que possa efetivamente fazer jus ao nosso apoio. Estamos refletindo muito sobre isso, porque não basta dizer meia dúzia de palavras bonitas; é preciso na hora do vamos ver estar junto e defender a maioria e não apenas meia dúzia.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente deputado Jorginho Mello, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, uso esse espaço para fazer um registro que muito orgulha Santa Catarina e sobremaneira o meio-este que aqui represento. A notícia que quero compartilhar com as senhoras e com os senhores trata especificamente dos municípios de Água Doce e Caçador, mas diz respeito a todo o nosso estado, atingindo também a região de Campos Novos, Tangará e São Joaquim.

(Passa a ler.)

"Na semana passada tivemos em São Paulo a realização da Expovinis 2010. A maior exposição de vinhos brasileiros, onde as grandes empresas apresentaram as suas novidades e onde o mercado e os especialistas procuraram o que de melhor está sendo produzido no país.

Para nós, que conhecemos o trabalho realizado pelos empresários do setor, o que ocorreu não é dúvida nem surpresa, apenas motivo de orgulho e de alegria.

Lá na Expovinis o vinho catarinense *chardonnay* 2008, produzido pela empresa caçadoreense Villaggio Grando, do meu amigo empresário Maurício Grando, com uvas plantadas a mais de mil metros de altitude, nos campos de Água Doce, foi o vencedor do concurso Top Ten. Ou seja, o melhor entre os dez melhores da Expovinis. O Top tem é uma degustação feita às cegas por especialistas do mundo do vinho. E essa escolha mostra o



resultado de um trabalho que vem sendo feito em nosso estado pelos empresários associados à Associação Catarinense dos Vinhos de Altitude - Acavitis -, que a cada dia que passa torna o vinho catarinense conhecido em todo o país e fora dele.

O empresário Maurício Grando, esse visionário que vem apostando os seus recursos e o seu tempo na produção de vinhos de qualidade, mais uma vez vê seu trabalho recompensado. Primeiro foi com o *Innomabile Cabernet*, vinho tinto apreciado pelos melhores enófilos e elogiado pelos melhores enólogos do país, ganhou diversos prêmios em reconhecimento na imprensa especializada e agora chega ao topo com o branco *chardonnay*.

Aqui também há de se registrar o trabalho desenvolvido pela Epagri, deputado Antônio Ceron, na cidade de Videira, que há tempos pesquisa e melhora a qualidade do nosso vinho."

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não, deputado. Vou ouvi-lo com muita alegria, até porque como secretário da Agricultura que foi e por ser da região v.exa. conhece muito bem a realidade daquilo que estamos falando.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Agradeço, deputado Valdir Cobalchini, pelo tema que v.exa. traz à tribuna e pela oportunidade de podermos apartear-lo.

Eu, deputado Jorginho Mello, que sou da região, sempre ajudei, desde criança, a esmagar uvas com os pés. Evidentemente que essa prática do passado de produção de vinhos era bastante rudimentar. Mas na região do vale do Rio do Peixe, como em Urussanga, em Nova Trento, o vinho é uma atividade econômica muito importante. E isso serviu de base para que hoje Santa Catarina passasse daquela fase de produzir vinhos em quantidade para produzir vinhos de qualidade. E aí a esse empirismo histórico que temos no estado, isso é importante, se somou à visão do saudoso Caio Pisaní, do saudoso Odilon Freitas, do presente Maurício Grando que, entre outras lideranças, investiram, até por prazer, porque o retorno econômico do vinho é muito demorado. Mas isso fez com que Santa Catarina estivesse presente nos grandes restaurantes com o seu produto e com premiações importantes. Não é a primeira vez que o vinho do nosso estado é premiado em nível nacional, como foi agora o Chardonnay, da vinícola de Maurício Grando, de São Joaquim, e outros vinhos de qualidade.

É importante registrar também a sensibilidade do governador Luiz Henrique quando, no ano passado, em Campos Novos, eu estava lá na condição de secretário de estado, ele assinou um decreto, juntamente com o secretário Gavazzoni, dando um tratamento diferenciado aos vinhos de Santa Catarina. Mas precisamos evoluir mais nos vinhos de pequena qualidade, do pequeno produtor, no sentido de que recebam um tratamento especial. E quando v.exa. faz referência à Epagri, eu gostaria de, em nome de todos os funcionários dessa empresa que trabalham com a qualidade da uva, do vinho em Santa Catarina, nominar o Jean Pierre Rosier, de Videira, que é considerado, dentro do Brasil, uma referência como técnico que entende sobre qualidade de uva.

Mas concluo parabenizando-o por este tema e dizendo que Santa Catarina ainda vai se orgulhar pela produção de vinhos de qualidade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Antônio Ceron.

Mas quero aqui cumprimentar o

deputado Romildo Titon, que é de Campos Novos, de uma região também que tem investido fortemente nos vinhos de altitude, assim como o deputado Elizeu Mattos, da região serrana. Até parece que o assunto tratado aqui foi feito especialmente para quem está no plenário.

O deputado Antônio Ceron falou sobre o Jean Pierre, que será exatamente o tema do meu próximo parágrafo.

Cito aqui o dr. Jean Pierre Rosier, que com toda a sua equipe muito tem contribuído com a melhora da qualidade do vinho catarinense. Ao Maurício e à sua equipe da Villaggio Grande, às famílias Pancieri, Freitas e tantas outras de Santa Catarina, registramos os nossos parabéns.

Também cumprimento os demais produtores de vinho do nosso estado.

(Continua lendo.)

"Premiações como essas nos enchem de orgulho e mostram que estamos no caminho certo.

É muito bom sabermos que temos aqui, bem pertinho de nós, e fico mais orgulhoso por ser da minha região, vinhos compatíveis com os melhores nomes internacionais.

Até pouco tempo, quando alguém se referia ao vinho brasileiro de qualidade, logo vinha à mente os vinhos gaúchos. Hoje, Santa Catarina produz vinhos semelhantes e até melhores do que os nossos vizinhos. E não é apenas o vinho de altitude que merece destaque. Vinhos de Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Iomerê, Nova Trento, Urussanga e de outros municípios têm construído sua história baseada na uva e no vinho, que em cada safra melhoram sua qualidade e conquistam mais mercado.

Santa Catarina, de acordo com dados da Epagri de 2008, injetou na sua economia cerca de R\$ 1,8 milhão com a produção de suco de uva e R\$ 11 milhões com a produção de vinho. Números significativos que mostram um mercado em crescimento.

Também é preciso registrar que o governo, na época capitaneado por Luiz Henrique, beneficiou os produtores de vinho, deputado Antônio Ceron, com a redução de impostos, tornando-o o produto mais competitivo com relação aos preços de mercado. Por isso faço esse registro, nesta Casa, destacando a importância desses empresários e desse setor econômico para Santa Catarina.

Para finalizar, entendo que essa premiação recebida pela Villaggio Grando deve servir de estímulo para que outras vinícolas também se destaquem pela qualidade."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes.

(Pausa)

Na ausência do deputado Décio Góes, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Antes, porém, de dar a palavra ao próximo orador inscrito, esta Presidência registra a presença do nosso vereador Eurico dos Santos, da nossa querida Barra Velha, que

está visitando a Assembleia Legislativa.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, boa-tarde. Não irei, deputado Kennedy Nunes, ocupar todo o tempo, vou dividi-lo, acho, com o deputado Valdir Cobalchini. Mas eu tenho, nos últimos dias, deputados Valdir Cobalchini e Manoel Mota, acompanhado os pronunciamentos e falado pouco, porque ultimamente tenho ficado "rouco de tanto escutar", eis que dependendo do jeito da plateia o discurso é um, mudando a plateia o discurso é outro. O discurso é feito de acordo com a plateia, de acordo com as galerias. E nós, da bancada do PMDB, temos feito o mesmo discurso desde o início da discussão dessas questões de melhorias salariais do funcionalismo público. Não mudamos, em momento algum, o nosso discurso. Se for para sermos vaiados, estamos aqui, se for para sermos aplaudidos, estamos aqui também, mas o discurso é único.

Deputado Valdir Cobalchini, várias medidas provisórias aportaram nesta Casa e às vezes parece que aquilo que aportou aqui não está beneficiando ninguém! E quem está em casa acompanhando a TVAL pensa o seguinte: "Mas o que está havendo? Eles estão falando que estão beneficiando alguém, mas ninguém vê! Quem está sendo beneficiado?"

Já me falaram que as nossas medidas estavam beneficiando fantasmas, deputado Kennedy Nunes, e que ninguém está sendo beneficiado! E é bem ao contrário do que se tem falado, porque as medidas que aqui aportaram e que estamos deliberando beneficiam mais de 45 mil servidores públicos. Lógico que a vontade de todos é que fossem beneficiados todos os funcionários públicos. A nossa vontade, deputado Valdir Cobalchini, era de que todos os funcionários públicos fossem beneficiados, mas 45 mil é que foram beneficiados.

E quando defendemos e colocamos contrários a emendas que gerem despesas é porque está claro dentro da Constituição que é inconstitucional qualquer emenda que gere despesa, se não for projeto de origem governamental. Não pode ser de origem parlamentar gerar despesa; nós podemos votar qualquer emenda que gere despesa, desde que não seja de origem parlamentar. E o que vai acontecer? Não vai cair, deputado, no contracheque do servidor. O servidor não vai ter esse dinheiro! Daí nós vamos fazer um jogo de plateia, vamos aprovar uma emenda que é inconstitucional, as pessoas vão aplaudir, vão embora felizes da vida e quando pegarem o seu contracheque verão que ele não terá validade alguma. Foi como enganar bobo.

E quem vai pagar a conta do servidor, que vai para a casa, deputado Kennedy Nunes? Porque ele pensou que ia ter uma coisa e não teve e já começou a gastar.

Além de ser inconstitucional - nós também estudamos e levantamos isso, a bancada do PMDB, e não foi consultada somente uma pessoa, várias pessoas foram consultadas -, todo benefício oferecido fora de época, de acordo com a Lei Eleitoral, caracteriza crime, porque benefício oferecido fora de época caracteriza crime. É claro! Mas por quê? Se isso não caracterizasse crime, não haveria necessidade, então, de se ter uma Lei Eleitoral concedendo 180 dias. Inferior a 180 dias da eleição não pode ser oferecido benefício. Senão, não há necessidade de se ter a lei.

Nós poderíamos oferecer benefícios fora da inflação a qualquer momento e não haveria necessidade de existir a lei. Eu analisei muito isso, deputado Kennedy Nunes, porque

até queríamos estender alguns benefício. Mas eu não tenho dúvida alguma, deputado Valdir Cobalchini, de que qualquer benefício fora de época vai gerar crime eleitoral.

Foi levantada nesta Casa a questão de que em Brasília se discute um aumento para os aposentados, que eu acho necessário, deputado Reno Caramori; que eles lá estão podendo dar aumento para os aposentados e aqui não podemos dar aumento. Isso nós estamos escutando todos os dias. E eu, ontem, escutei isso aqui, lá responder, mas acabei não respondendo. Mas ninguém contou a novela inteira, como é o processo de Brasília e como está o processo aqui. Contou-se a metade da história: Brasília pode e aqui não pode. Nós temos que contar a história por inteiro, não pode ser pela metade.

O que está acontecendo em Brasília é que o presidente Lula enviou uma medida provisória, deputado Reno Caramori, no dia 23 de dezembro de 2009, para o Congresso Nacional, anterior a 5 de abril, que após 5 de abril não pode se oferecer benefício, que concede, oferece um reajuste de 6.14% para os aposentados. Essa medida provisória, deputado Valdir Cobalchini, foi apresentada no dia 2 de abril deste ano, se não me engano, e a última emenda ao projeto não foi posterior ao dia 5, foi anterior a esse dia, de acordo com a legislação eleitoral.

Mas não levando em conta essa questão eleitoral, porque a emenda é anterior, eu também tenho dúvidas com relação a essa emenda, se não incorre em crime eleitoral, porque só vai ter validade na sua aprovação e não na apresentação; só vai ter validade na votação do projeto, quando convertido em lei, e não na apresentação. Então, eu tenho as minhas dúvidas. Inclusive, eu queria que alguém da bancada do PT estivesse aqui presente até para melhorarmos o debate - e deputado Dirceu Dresch está aqui - e para dizer que o relatório do deputado Cândido Vaccarezza, do PT, sobre a medida provisória, sr. presidente, é claro. Ele julgou todas as emendas que geram despesas inconstitucionais. Está aqui o relatório. Nesse relatório ele julga todas as emendas, umas por mérito e outras por serem inconstitucionais, porque geram despesas ao governo, e o Parlamento não pode gerar essa despesa.

Então, nós temos que deixar as coisas bem claras antes de fazermos um discurso de que Brasília pode fazer determinada coisa e aqui não.

Não sou eu que estou falando por Brasília, deputado Jorginho Mello, que preside esta sessão, quem está falando é o deputado Cândido Vaccarezza, do PT, que diz que não pode.

Por isso temos que unificar o discurso do PT. Não pode um deputado lá em Brasília fazer um discurso e os outros aqui fazerem outro discurso para a plateia que está aqui. Ou o discurso do deputado federal Cândido Vaccarezza passa a ser o mesmo do pessoal daqui ou ele muda o seu discurso e o seu relatório lá em Brasília, porque temos que deixar as coisas limpas, deputado Antônio Ceron, não podemos fazer um jogo para a plateia aqui! Vamos parar com essa folia de discurso oportunista para o aplauso fácil!

Eu, quando vim representar a serra nesta Casa, como os deputados Antônio Ceron e Ozair Polaco, assumi um compromisso. Não vim para cá para pregar mentira. Vamos parar de inventar!

Eu só estou aqui fazendo essa justificativa porque ajo conforme manda a minha consciência. Não quero mentir para ninguém. Prefiro receber a maior vaia da história deste Parlamento, mas ter a minha

consciência limpa e agir de acordo com aquilo que penso. Se for necessário ficar em casa e não voltar no ano que vem, eu fico, mas não vou mentir para ninguém nesta Casa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Elizeu Mattos, é pertinente e correta a sua manifestação. Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, eu quero dar uma sugestão. Quando surgirem essas polêmicas, esses assuntos conflitantes envolvendo o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa, seria bom que esses assuntos fossem levados à Procuradoria da Casa, para pessoas eficientes, conhecedoras e capazes. Acho que seria importante, sempre que houver alguma dúvida, encaminharmos o problema à Procuradoria da Casa, para que ela faça uma pesquisa e nos traga uma sugestão. Afinal, ela está aí para isso, para prestar esclarecimento, para auxiliar o Parlamento. Se não houvesse Parlamento, não existiria a Procuradoria da Casa. São pessoas com capacidade, preparadas para isso, pois acho que é importante.

Deixo essa sugestão, principalmente aos líderes das bancadas, para que busquem as informações corretas, porque o deputado não possui, muitas vezes, condições rápidas de buscar ou de dirimir qualquer dúvida. Mas na Casa há muitos procuradores e todos eles renomados e capazes. Por isso deixo essa sugestão. Aliás, faço até um requerimento verbal e, se necessário, o faremos por escrito.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Muito obrigado, deputado Reno Caramori!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Valdir Cobalchini, pelo restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Deputado Elizeu Mattos, nosso líder, que tão bem tem conduzido a base do governo, gostaria de fazer alguns esclarecimentos ainda em relação às medidas provisórias e aos projetos que foram encaminhados a esta Casa.

Antes do envio de qualquer projeto a esta Casa, segue um rito, uma tramitação interna dentro do governo. Todos os projetos são encaminhados à secretaria da Administração que, posteriormente, encaminha à Fazenda, ao Tesouro do Estado, ao grupo gestor e só então, a partir de toda a análise legal, a partir da repercussão financeira, da análise do impacto que pode causar nas contas do governo e da capacidade do estado honrar os seus compromissos, esses projetos são encaminhados à Assembleia Legislativa para a sua tramitação, para a sua deliberação.

Aqui foi citado que o governador Luiz Henrique e o governador Leonel Pavan fizeram lambança porque excluíram alguns servidores. E quero dizer aos deputados aqui presentes e ao público que nos assiste e que nos ouve, deputados Narcizo Parisotto e Kennedy Nunes, que alguns projetos só não foram encaminhados para esta Casa - e cito como exemplo, o da Junta Comercial, que até dispõe de recursos próprios e, portanto, não saem do Tesouro do estado; o do Inmetro, que tem uma arrecadação própria e os recursos não saem da Fonte 100; o do porto de São Francisco do Sul, deputado Dieter Janssen (e v.exa. é da região de Jaraguá do Sul e tão bem conhece a realidade); que também dispõe de recursos próprios; o do Iprev, que também possui

arrecadação própria - porque aportaram no Centro Administrativo tardiamente. Alguns chegaram na mesma semana do envio dos outros projetos; outros chegaram de véspera, no dia. E aí é impossível. Seria uma grande irresponsabilidade do governo, sem qualquer tipo de análise prévia, encaminhar um projeto aqui apenas para agradar aos servidores, sem que se fizesse todo o exame da legalidade e das possibilidades de o estado arcar com esses compromissos.

Não foi diferente com o projeto da PGE - e não estou aqui analisando o mérito desses projetos, acho até que eles são justos -, e da secretaria da Administração, deputado Elizeu Mattos. Mas ficou o compromisso do governo, tão logo cessem os impedimentos legais por conta do calendário eleitoral, da Lei n. 9.504, de que esses projetos que estão agora, sim, percorrendo os caminhos, serão enviados à Assembleia, como, por exemplo, o da Saúde.

Deputado Sargento Amauri Soares, o da Saúde só chegou aos 49 minutos do segundo tempo, quando o governo ainda paga, neste mês, a segunda parcela de um reajuste que foi concedido no ano passado em duas parcelas. A primeira já foi paga e a segunda será paga este mês, num reajuste de 16,67%.

Então, eu queria apenas, a título de esclarecimento, dizer, deputado Narcizo Parisotto, e até para confortar um pouco a base do governo aqui na Assembleia, deputado Ozair Polaco, que nós fizemos aquilo que deveria ter sido feito. E, felizmente, a partir do equívoco que se cometeu, presidente Jorginho Mello - e, repito, foi um equívoco o envio do projeto da Saúde, que esse, sim, de última hora, não teve a necessária análise e, por conta disso, servidores importantes, servidores da ponta, foram esquecidos -, acertadamente esses projetos foram retirados.

Então, apenas gostaria de trazer esses esclarecimentos para que se repare alguns equívocos. Tenho sido acusado aqui, como membro do governo, de ter proporcionado uma lambança, o que não ocorreu. Quase 50 mil servidores foram, estão sendo e serão beneficiados, e outros tantos encaminharam seus pleitos ao grupo gestor...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Concedo mais 30 segundos para v.exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Esses pleitos absolutamente não terão nenhum prejuízo e eles continuam tramitando lá no Centro Administrativo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, em atendimento ao requerimento verbal de autoria do deputado Reno Caramori, esta Presidência determina, mas entende que já é do conhecimento dos srs. deputados o parecer da Casa sobre toda essa polêmica. Já foi solicitada à procuradoria-geral da Casa, pela Presidência, e solicito que seja entregue a cada parlamentar o parecer já exarado pela procuradoria.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e visitantes, temos uma notícia importante para todos os prefeitos e as prefeituras catarinenses, principalmente dos municípios atingidos por enchentes em 2008 e 2009.

Dias atrás estava estampado em capas de jornais que Santa Catarina não recebeu dinheiro para investimentos, para a prevenção de enchentes, mas temos um problema sério, que é a questão de projetos dos municípios. Os municípios não estão encaminhando os projetos para a demanda, e o ministério da Integração, portanto, abre mais uma vez uma chamada de projetos.

São R\$ 150 milhões para 151 municípios do estado de Santa Catarina atingidos pelas enchentes. Então, peço que os prefeitos se atentem para encaminhar os projetos para poder acessar esses recursos, porque sem projetos - e foi isso que o ministro da Integração Nacional falou - o governo federal não libera recursos. Assim, é fundamental os municípios elaborarem os projetos junto com as suas assessorias técnicas para poderem melhorar os investimentos e fazer uma política de prevenção de enchentes nos municípios.

Trago uma segunda questão, e que ontem teve grande repercussão nacional. Trata-se de mais uma das políticas federais em que o governo do presidente Lula afirma a sua posição de fortalecer o estado brasileiro e de o estado brasileiro cumprir a sua função social. Será recriada a Telebrás, uma empresa pública que possa levar a internet banda larga para todos os rincões do Brasil. Essa empresa não vem para competir com a iniciativa privada, mas para contribuir, para regulamentar políticas públicas. E também há a presença do estado onde ele precisa estar, principalmente para atender aos interesses de todo o país.

A iniciativa privada olha muito para o lucro e não para a questão social. E o estado tem essa função. Por isso também temos grandes divergências com partidos políticos e, principalmente, com o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que desmontou vários sistemas públicos de atendimento social, seja na telecomunicação, na energia e em outros setores da economia brasileira.

O presidente Lula encaminhou esse projeto de recriar a Telebrás, dando-lhe uma grande função, que é levar a internet a mais de 40 milhões de domicílios no nosso país.

Deputado Antônio Ceron, nós, que somos do interior, sabemos da importância de o estado estar presente e levar a internet para os agricultores, para as comunidades. E Santa Catarina, nessa questão, está mais avançada, está acima da média nacional. Mas outras regiões do Brasil, como o norte e o nordeste, têm muita dificuldade de ter acesso à internet. Com essa nova iniciativa, o governo federal objetiva levar internet a mais de 40 milhões de domicílios até 2014, e, com certeza, muitos deles são no interior.

Os jovens das comunidades do interior que querem estudar, fazer faculdade, e continuar morando no meio rural poderão também ter acesso à internet, assim como os agricultores familiares, que ainda não têm acesso. O custo, hoje, é altíssimo para ter acesso à internet, e muitos municípios do interior não têm condições de ter acesso a essas políticas.

Então, é uma política acertada de a mão do estado estar presente também nessa área de telecomunicações. Isso é fundamental porque na época foi desmontada, foi dada à iniciativa privada, mas ela não cumpre essa função social que o estado brasileiro tem a função de cumprir. Assim foi na educação, com a criação das universidades federais e das escolas técnicas; assim foi com o crédito agrícola; com o seguro; e com outras políticas que o estado tem que garantir, principalmente nessa questão de produção de alimentos. Para o ser humano, isto é sagrado: de manhã, a

primeira coisa que ele faz antes de ir para o serviço, é tomar um café da manhã.

É por isso que a nossa agricultura precisa ser incentivada e receber subsídios. E é nisso que o presidente Lula tem trabalhado muito nesses últimos anos.

Então, é importante cumprimentar o governo do presidente Lula por mais essa iniciativa, porque é uma necessidade, hoje, a população ter acesso à internet.

Há outra situação que não tenho como não voltar a tratar aqui, neste dia de hoje. O deputado Valdir Cobalchini fez uma bela fala aqui defendendo o governo, falando da situação que este governo criou para os trabalhadores catarinenses, mas também para esta Casa, deputadas, deputados e catarinense. É uma situação no mínimo constrangedora para nós, para a sociedade, para os trabalhadores catarinenses, que diariamente vêm a esta Casa tentar recuperar os estragos que foram feitos com essas medidas provisórias.

A justificativa agora é a Lei Eleitoral. Mas se tiveram sete, oito anos, deputado Kennedy Nunes, para construir uma política salarial isonômica para os trabalhadores catarinenses, por que isso veio na última hora, em cima do laço? Criou-se toda essa situação e a bancada do Partido dos Trabalhadores tentou, de todas as formas, como fizemos em outros momentos, fazer justiça nesta Casa. Infelizmente, chegamos à conclusão, no dia de ontem, de que a nossa bancada não poderia correr o risco de ser responsabilizada, como foi responsabilizado aqui o Sindicato da Saúde por ter lutado por emendas, por ter lutado por justiça. E o governador Leonel Pavan retirou as emendas e retirou todo o projeto. Chegou ao cúmulo de as bancadas, que fazem emendas querendo corrigir injustiças, serem responsabilizados por essa bagunça que se criou na última hora, nos 48 minutos do segundo tempo da entrada em vigor da lei eleitoral.

Então, isso precisa ficar claro para não confundir a opinião pública neste momento, porque acredito que a pressão era tanta que achavam que dava para empurrar essa questão do reajuste salarial, de algum abono, para o futuro. Mas viram que o estrago eleitoral seria grande e tentaram encaminhar, na última hora, nos 48 minutos do segundo tempo, e deu no que deu. Só podia dar nisso! Não havia outro jeito!

Por isso lamentamos e queremos deixar muito claro à nossa bancada do Partido dos Trabalhadores que nós, ontem, retiramos várias emendas nossas porque jamais queremos ser responsáveis por algum retrocesso, pela pouca coisa que veio. E veio sem informações de quanto isso vai custar, inclusive, para o próximo governo. E nós entendemos que teremos que pagar isso, e provavelmente no governo do nosso partido. Não veio com informações seguras, nem o próprio governo sabe de quanto será o impacto dessas medidas provisórias.

Enfim, é claro que é importante os trabalhadores terem reajuste, e nós defendemos isso, mas a sociedade catarinense precisa saber o quanto isso vai custar e por que uma parte ficou de fora, não recebeu nenhum abono e o que dirá uma política salarial.

Parabéns à Udesc, que trouxe uma proposta certa. Serão 7% para todo mundo. Poderia ter vindo uma proposta igual à da Udesc para todos os funcionários de Santa Catarina. É isso que defendemos aqui há muitos anos, mas, infelizmente, veio na última hora e totalmente atravessado.

Então, sras. deputadas e srs. deputados, a nossa bancada ainda vai trabalhar, na

semana que vem, na perspectiva de ainda apresentar emendas a algumas medidas provisórias para tentar corrigir ainda essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero cumprimentar o sr. presidente, deputado Jorginho Mello, os srs. deputados, as sras. deputadas, os catarinenses que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL e, de uma forma muito carinhosa, o público que acompanha esta sessão nas galerias desta Casa.

De forma especial, saúdo o vereador Fulton Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Vargem; o ex-vereador de São José do Cerrito, Marcelo; o prefeito Elmar José Rech, de Presidente Nereu, que veio trazer inúmeras reivindicações para a recuperação das estradas daquele município, para dar apoio aos agricultores e também para buscar apoio para a recuperação de um centro social da sua cidade.

Encontram-se presentes, e nós os saudamos também, de forma especial, o vereador que foi candidato a deputado estadual em 2006 e agora é secretário de Desenvolvimento Social e Econômico de Mafra, Milton Antunes; o dr. Alvaro Luiz Parente, que já foi presidente do Conselho Regional de Farmácia, no qual fez um grande trabalho e que atualmente presta uma extraordinária contribuição à Vigilância Sanitária de Santa Catarina.

Ontem, a Polícia Militar do estado completou 175 anos de atividades. Na ocasião foi prestada uma homenagem a inúmeros heróis, soldados, cabos e tenentes. Foi realizada uma sessão de homenagem a inúmeros tenentes-coronéis que foram promovidos a coronel, enfim, houve uma cerimônia de ascensão na carreira.

Quero cumprimentar, de forma especial, o coronel Luiz da Silva Maciel, que agora tem a incumbência de comandar todas as ações da Polícia Militar. E ela, juntamente com a Polícia Civil e dentro do contexto do governo, quer dar a sensação de uma maior segurança a toda a população. Santa Catarina já é destaque nacional e tem os melhores índices de segurança entre todos os estados brasileiros. Mas isso é fruto de um trabalho diuturno e permanente da corporação, mas também das ações do governo, da sociedade.

Ontem, em reconhecimento às ações da Polícia Militar, estive lá o governador Leonel Pavan prestando também essa homenagem a toda a corporação.

Ainda ontem, o governador do estado reuniu a equipe das secretarias da Fazenda e da Infraestrutura, além do Deinfra, para fazer uma grande análise das obras que estão em andamento, obras a que o governo de Luiz Henrique já havia dado início. É intenção do governador Leonel Pavan manter o mesmo ritmo, a passos largos, como vinha fazendo Luiz Henrique no governo de Santa Catarina, apesar de este ser o último ano do governo e de ser, também, um ano eleitoral, circunstâncias que limitam a ação administrativa, porque temos que ficar dentro dos limites da Lei Eleitoral e dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nessa reunião decidiu-se manter todas as prioridades, ou seja, todas as obras que estão em andamento são, em princípio, prioridades. E dentro dessas prioridades quero destacar a obra

que o governo do estado está fazendo em Brusque, na SC-486, a rodovia que liga Itajaí, Vidal Ramos e a BR-282, que passa em Brusque e em Botuverá. E no município de Brusque há um segmento muito importante entre o centro de Brusque e o bairro Dom Joaquim.

Trata-se de uma solicitação antiga e no final do ano passado o governador Luiz Henrique e o à época vice-governador Leonel Pavan entregaram a ordem de serviço e deram os primeiros passos para o início da obra. Agora já foram descentralizados mais de R\$ 2,4 milhões, que estão na secretaria de Desenvolvimento Regional para cobrir o pagamento das medições que a empresa que está executando a obra tem direito.

Na reunião de ontem, o governador Leonel Pavan, juntamente com a equipe da Fazenda, da Infraestrutura e o Deinfra, praticamente asseverou a uma delegação de Brusque, do bairro Dom Joaquim, que a obra é prioritária. Até meados da próxima semana o governo terá um levantamento detalhado de todos os recursos com os quais poderá contar durante o ano, considerando a média da arrecadação do ano passado, considerando a arrecadação que temos agora até agora e considerando, naturalmente, um conjunto de convênios que o governo já assegurou e já assinou com várias prefeituras. Mas a intenção é manter principalmente aquelas obras que já foram iniciadas.

Considerando tudo isso, na próxima semana já teremos esse levantamento e poderemos fazer uma idéia do quanto poderemos investir e qual o ritmo que poderemos dar às obras já iniciadas e o quanto poderemos investir em obras novas. O governador Leonel Pavan, como eu disse, tem caminhado pelo estado, tem visitado os municípios, tem visto e sentido as necessidades de todas as regiões.

Santa Catarina está dividida em 36 SDRs. Em cada uma delas temos uma equipe do governo comandada pelo secretário, que conta com o apoio de todos os seus auxiliares. Mas apesar de eles representarem o governo, a presença do governador é sempre muito importante, porque ele mesmo está sentindo as necessidades das pessoas, que naturalmente acabam entusiasmando mais as equipes do governo, a fim de que sejam, sim, liberados recursos importantes para todo o estado de Santa Catarina.

Santa Catarina vem-se desenvolvendo bem e continua em desenvolvimento. O governador Leonel Pavan quer e vai manter o mesmo ritmo, apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal determinar que até o final do mandato tenham que ser fechadas todas as contas. Mas apesar dos limites que a Lei Eleitoral impõe, Santa Catarina não vai perder o ritmo porque o governador Leonel Pavan consegue passar entusiasmo, em primeiro lugar, a toda equipe de governo para usar bem os recursos que o estado possui, e, segundo lugar, a toda a iniciativa privada. Ele estimula, incentiva os investimentos que, sem dúvida nenhuma, são muito importantes para o desenvolvimento de Santa Catarina. Esse desenvolvimento acontece principalmente pelo empreendedorismo dos catarinenses, mas eles precisam do entusiasmo, do incentivo do governo para investir, pois vontade não falta. O governo não pode atrapalhar. Como em Santa Catarina o governo ajuda, estimula, naturalmente o desenvolvimento é maior e por isso o nosso estado se destaca nacionalmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio AleSC Digital, eu ouvi atentamente as palavras do deputado Elizeu Mattos, do deputado Valdir Cobalchini, do deputado Dirceu Dresch e ouvi a explicação do deputado Serafim Venzon.

Estou muito à vontade para falar sobre essa problemática das medidas provisórias que chegaram a esta Casa, Deputado Dieter Janssen, a problemática criada, que traz à Assembleia todos os dias servidores com faixas, como acontece hoje, que já estamos vivendo há quase 40 dias nesta Casa. Os nossos gabinetes estão cheios, os corredores estão completamente cheios, tomados por servidores que vêm aqui, deputado Sargento Amauri Soares, fazer exatamente aquilo que precisamos fazer, ou seja, defender os seus interesses. Eles estão exercendo o seu papel!

Ouvindo as palavras do deputado Valdir Cobalchini e do deputado Elizeu Mattos, tenho que concordar que isso que estamos vivendo agora não foi criado de um momento para outro, não é coisa de agora. Nem um terremoto acontece sem ter antes mandado algum aviso. Não existe tragédia não anunciada! Deputado Serafim Venzon, não existe tragédia não anunciada! Não existe! O que estamos vivendo aqui é uma tragédia que durante sete anos e quatro meses, deputado Sargento Amauri Soares, durante 88 meses, nós anunciamos, também v.exa. quando falava com relação à Lei n. 254. Há tempo estamos neste plenário avisando que iria acontecer essa tragédia.

São 88 meses em que o governo Luiz Henrique sequer obedeceu à legislação para dar a reposição de inflação. E optou por fazer uma política salarial de esgarçamento e valorizando o que foi dito nesta tribuna por deputados que hoje dizem que não têm culpa, que quem teve padrinho forte recebeu, que quem não teve padrinho forte ficou à míngua.

Eu sou muito observador! Às vezes eu fico quietinho, ali no meu canto, só observando. Observo aqui, observo ali, tentando fazer uma leitura do processo, uma análise do discurso, para tentar ver onde estão querendo chegar. E gostaria de dizer uma coisa muito séria. Ontem estava na comissão de Saúde, com o secretário da Administração Paulo Eli e o secretário da Fazenda também, para começar a abertura de um processo de diálogo entre os servidores da Saúde e o governo, para criar uma possibilidade de melhora para todos os servidores da Saúde, e lá foi dito que é uma inverdade o que estão dizendo de que as categorias não receberam nenhum tipo de ajuda, porque várias categorias receberam ajuda. E disseram, de novo, que várias categorias receberam ajuda dependendo do apoio que tinham, da força que tinham.

Um governo que faz e cria divisão entre categorias, um governo que privilegia a força política da representatividade política, pensando na próxima eleição e na vida do servidor, que tanto depende da ação ou da caneta do governo para ter uma melhor condição de vida, mediante isso, eu não posso aqui deixar de colocar uma frase que disse, ontem, quando estávamos nessa reunião.

Eu pedi para que o SindSaúde desse um voto de confiança porque pediram para esperar até sexta-feira que vem para se fazer um levantamento do impacto financeiro da incorporação do abono ao salário, e eles disseram que já tinham sido enganados, já tinham pedido e isso e aquilo. Então, sugeri

que dessem um voto de confiança, porque apesar de as pessoas que estão aqui terem participado de todo o processo, deputado Silvío Dreveck, dessas negociações, eles estavam de carona, e agora, com certeza, na direção, eles podem ter outra atitude. Eu disse isso, deputado Silvío Dreveck, mas agora estou até meio embaralhado porque não sei quem é quem. Durante esses 88 meses de esgarçamento do governo Luiz Henrique ao servidor público, de sangria do governo Luiz Henrique e seus aliados ao servidor público, muita gente esteve de um lado da mesa e agora, num passe de mágica, está no lado oposto!

Eu não sei a quem atribuir a responsabilidade. E daí eu fico aqui pensando um pouquinho. Quem é o pai? É quem faz ou quem cria? Quem é pai? É quem tem o DNA ou quem cria? Eu estou fazendo essa pergunta, porque, deputado Silvío Dreveck, sinceramente, tenho dificuldade para saber se a responsabilidade dessa sangria do servidor público, dessa bagunça generalizada que foi feita aqui, é de quem fez, entenda-se quem estava lá durante 88 meses, ou de quem agora está querendo criar.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz com muita veracidade dos fatos.

É interessante, deputado Kennedy Nunes, o que v.exa. coloca a respeito de quem é o pai da criança. Em outras palavras, foi transferida para a Assembleia Legislativa, para os deputados, uma responsabilidade que não é nossa.

Os deputados têm debatido esse assunto, mas quem criou toda essa celeuma? O governo do estado, aquele que renunciou ao mandato, o governador Luiz Henrique da Silveira, com a assinatura, evidentemente, do atual governo. E agora esta Casa é que tem que responder por isso. Ora, quem encaminhou a matéria a esta Casa foi o governo, quem não fez uma política condizente e com dignidade ao servidor público foi o governo. Portanto, nós não temos culpa nenhuma. Nós debatemos esse assunto, solicitamos ao governo que adotasse uma política justa e digna para o servidor público. Portanto, a responsabilidade, deputado Kennedy Nunes, continua sendo do governo, que criou essa celeuma.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agora, deputado Silvío Dreveck, não é culpa somente do governo, mas também dos partidos que durante 88 meses estiveram lá. Hoje há pessoas querendo dar uma de Oposição, sendo que até então, enquanto tinham cargo, eram do governo e vinham aqui jogar na nossa cara que estávamos errados. E nós estamos há 89 meses, agora, já, falando dessa política devastadora, assassina, que este governo e seus aliados fizeram durante todo esse tempo para o funcionalismo público estadual. Isso deve ser dito aqui e as pessoas devem entender.

Admiro a inteligência das pessoas que sabem muito bem o que estou falando e sabem muito bem quem são as pessoas que durante 88 meses estiveram lá e agora, de uma hora para outra, fazem uma bagunça generalizada, que até nós não sabemos mais quem é Oposição e quem é Situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência quer registrar com muito prazer e muita alegria a presença, neste



plenário, de Santiago Martin Navia e de Marcelo Watanuki Vasconcelos, que são da Federação Catarinense de Conselhos Comunitários de Segurança de Santa Catarina.

É um prazer tê-los nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Ceron, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, bom-dia, srs. deputados e pessoas que nos assistem, talvez nem utilize todo o tempo, mas quero fazer alguns registros.

Em primeiro lugar, rapidamente - até porque o deputado Dirceu Dresch não está no plenário -, vou fazer o registro, mas depois gostaria de debater o assunto com o deputado sobre a questão de que Santa Catarina não recebeu recursos para as calamidades públicas de 2008, 2009.

Se olharmos, existem pleitos anteriores. Em Santa Catarina os prefeitos não tiveram a competência, a capacidade, a iniciativa de elaborar projetos. E o Ministério de Integração Nacional teria reaberto os prazos para que Santa Catarina possa apresentar os pleitos, e o governo federal, evidentemente, num ano eleitoral, manifesta a sua disposição em recuperar aquilo que no tempo oportuno não fez.

É evidente que essa reação acontece em função de um pedido de informação, deputado Dieter Janssen, que o senador Raimundo Colombo fez em Brasília para saber sobre os recursos contra as calamidades públicas. A resposta do Tribunal de Contas da União foi que uma pequena parte do Orçamento total foi aplicada e, daquela pequena parte, 70% foram aplicados apenas num estado da federação.

Por coincidência ou por competência dos prefeitos da Bahia, esses recursos, 70% deles, foram todos para lá, como se o resto do Brasil fosse totalmente irresponsável a ponto de nenhum estado da federação ter a competência.

E esse pedido de informação também surgiu no momento em que havia aquela calamidade no Rio de Janeiro e, para surpresa nossa, o estado do governador Sérgio Cabral, um dos grandes apoiadores do governo Lula, havia recebido 1,5 ou 1,7 dos recursos.

E aí quando se fala do aumento do tamanho do estado usa-se o argumento da boa aplicação dos recursos, mas é exatamente a contramão da história daquilo que acontece na prática. Os recursos dentro de uma reforma tributária e fiscal que o Brasil deveria ter feito e não o fez deveriam permanecer primeiro nos municípios, depois nos estados e depois na União. E não 75% deles estarem concentrados em Brasília, porque até chegarem, por exemplo, em Concórdia, deputado Moacir Sopelsa, até chegar aqui na Grande Florianópolis, deputado Edison Andrino, quando chegam, se é que chegam, demora muito tempo.

É essa visão de governo que a sociedade brasileira vai discutir neste ano, o modelo que nós queremos para o nosso país, se é um país que continua centralizando tudo em Brasília ou se é um país que quer centralizar exatamente onde a pessoa mora, onde ela reside e onde as coisas acontecem. Então, esse é o registro que faço. Mas eu gostaria numa outra oportunidade, com a presença do deputado Dirceu Dresch, deputado Onofre Santo Agostini, de discutir essa questão.

Aproveito a presença de v.exa. aqui para reforçar o registro/convite de que toda Santa Catarina hoje, amanhã, sábado e domingo dirija-se a Curitiba, terra que v.exa.

representa tão bem, assim como o prefeito Wanderley Teodoro Agostini, o ex-secretário Nilson Berlanda e tantas lideranças que fazem aquela cidade ser pujante economicamente como hoje é, onde teremos a Expocentro, onde Santa Catarina mostra a qualidade e a genética do nosso rebanho, a qualidade da nossa indústria e do comércio do município e a sua beleza, que é tão bem administrada pelo amigo prefeito Wanderley Teodoro Agostini.

Aproveito, antes de ceder o aparte a v.exa., para rapidamente fazer o registro, com muita satisfação, deputado Kennedy Nunes, do grande encontro que o Democratas realizou ontem à noite aqui em Florianópolis, mobilizando mais de quatro mil pessoas de mais de 200 municípios de Santa Catarina, com charanga, corneta, com uma animação muito grande, dizendo a Santa Catarina que a candidatura do senador Raimundo Colombo, do Democratas, é uma candidatura para ficar, para empolgar Santa Catarina. Uma renovação com qualidade, de quem tem história e, acima de tudo, deputado Onofre Santo Agostini, de uma pessoa que trabalha, que vive e que age como pessoa humilde, penetrada com as reais necessidades e os anseios de Santa Catarina.

Para concluir, antes do aparte, também hoje li na imprensa que diversos partidos, até os que não estiveram presentes... Inclusive, recordo-me que o PMDB, deputado Joares Ponticelli, alertava de que não fariamos um convite formal, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que é líder, em função do momento e em respeito a todos os partidos que estão fazendo a sua pré-campanha, reforçando as suas candidaturas, o que é natural e justo e o que nós entendemos.

Agradecemos o Paulo Ramos, presidente do PHS, a ex-secretária Carmen Zanotto, que representava o PPS, enfim, não houve nenhuma intenção do Democratas de excluir e de não convidar. Foi apenas uma questão de respeito exatamente pelo momento. Por isso, não houve o convite.

Sabemos do sentimento de todos, da torcida, no sentido de que houvesse um grande evento. E isso aconteceu. E que haja uma grande disputa. E é a oportunidade de Santa Catarina, que tem múltiplas opções, fazer uma grande escolha.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não, com muito prazer concedo o aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu acho que o mesmo entusiasmo que v.exa. está tendo hoje, ontem, à noite, tiveram os democratas neste memorável encontro. E segundo a avaliação da imprensa, dizem que havia cinco mil pessoas; outros dizem que eram quatro mil; outros, que tinha até dez mil pessoas. Mas não vamos chegar a esse exagero, até porque não cabe tudo isso.

Nobre colega, o que me impressionou foi a empolgação, o discurso bonito do Raimundo Colombo, o mais bonito que vi nos últimos anos, não de um candidato, mas de qualquer brasileiro. E sou um tanto suspeito para falar, porque sou primo do Raimundo Colombo. Realmente, foi um senhor discurso que empolgou todos que lá estavam. Pode ter certeza v.exa. de que ontem foi o início de uma grande jornada e, se Deus quiser, uma grande vitória não de Raimundo Colombo, mas de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Uma jornada que queremos que seja incorporada, integrada por diversas siglas de Santa Catarina, para que possamos discutir com a sociedade catarinense uma grande opção para nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Conversão em Lei das Medidas Provisórias n.s 0165/2010 e 0167/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0169/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - SR. presidente, quero registrar o nosso repúdio à aprovação na forma original dessa Medida Provisória n. 0169, que discrimina 95% dos militares estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares, está aprovada.

Votação da redação final dos Projetos de Conversão em Lei das Medidas Provisórias n.s 0171/2010, 0173/2010 e 0176/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s 01.569/2008, 0279/2009, 0389/2009 e 0504/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as seguintes Indicações n.s 0240/201, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0241/2010 e 0242/2010, de autoria do deputado Dieter Janssen; 0243/2010 e 0244/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0606/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0612/2010 e 0613/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0615/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0616/2010, de autoria do deputado Darci de Matos.

Pedido de Informação n. 0071/2010, de autoria da bancada do PP, que solicita ao presidente da Celesc informações sobre a retirada da Codesc do capital societário e destino dessas ações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos assistem, na verdade queremos-nos solidarizar com o deputado Silvio Dreveck, membro da

comissão Parlamentar do Comércio, na questão do apoio da micro e pequena empresa.

Tivemos a oportunidade de participar da última reunião, porque o deputado Sílvio Dreveck estava em Brasília. Realmente, quando fomos secretário municipal do Desenvolvimento Econômico de Jaraguá do Sul sempre lutamos muito pela micro e pequena empresa. Era uma causa bastante grande nossa. A nossa secretaria era especificamente mais para o apoio ao pequeno empresário. Então, muitos avanços foram alcançados, como bem falou aqui o deputado Sílvio Dreveck, como a lei do Simples dando todo um incentivo na questão dos impostos ao pequeno empreendedor.

Quanto à substituição tributária, vem aí para daqui a pouco regularizar a questão da sonegação. Nós temos um Brasil que paga impostos e um Brasil que não paga impostos. Daqui a pouco vem pesar para aquele que paga. Então eu penso que é uma situação que tem que ser colocada em dia. Inclusive, já foi desenvolvida uma série de campanhas no Brasil para que a população exija a nota fiscal, para evitar a sonegação, e que todos façam valer os seus direitos e que tenham o serviço do governo dando um retorno do seu imposto.

Então, de nada adianta aquele empresário que não está recolhendo os seus impostos, que não está contribuindo em nada para com a população e com o nosso país. Penso que essa é uma preocupação grande que teve quando foi criada essa situação da substituição tributária que já vem de outros estados também. E acho que é a população que tem que ganhar.

Ganha a população quando é recolhido mais impostos, ganha o governo que arrecada mais, perde o sonegador. Acho que se o país quer ser passado a limpo, e queremos ter um novo país, e queremos ter moralização em todos os sentidos, temos que combater realmente a sonegação.

Então, com certeza, urgentemente precisamos trabalhar a questão da micro e pequena empresa. E acho que isso talvez já devesse ter sido feito, para que não necessitasse ser feito agora em cima da hora. Por isso, temos que correr atrás dessa situação com urgência.

Hoje, peguei o deputado Sílvio Dreveck chegando de Brasília com bastante preocupação com relação a esse fato. E por isso vim à tribuna solidarizar-me com essa causa do micro e pequeno empreendedor. Temos que realmente resgatar essa situação e vamos trabalhar nesse sentido.

Eu quero também já lançar um desafio que coloquei na reunião da comissão, presidida pelo deputado Edison Andrino, na questão de qualquer incremento na arrecadação dos tributos.

Qualquer incremento que venha a ocorrer - já que nós iremos, daqui a pouco coibir a prática da sonegação, porque a empresa está concorrendo deslealmente no mercado -, que esse incremento não fique para o governo e que retorne para a população, proporcionalmente ao acréscimo da arrecadação, que aumentou 5%. Vimos que com a diminuição do IPI a arrecadação aumentou. Então, que todo acréscimo real na arrecadação do governo não fique para o governo. Temos que fazer economia para fazer frente aos investimentos e fazer com que esse dinheiro retorne para a classe operária, através da diminuição da carga tributária, para que, quando formos comprar o produto no mercado, possamos encontrar produtos com uma alíquota menor e mais competitiva.

No meu discurso antes de chegar a esta Casa eu colocava muito a minha preocupação com relação à China, cujos produtos

estão concorrendo com os do nosso país. Então, precisamos fazer enxugamento, trabalhar essas questões, para ficarmos mais competitivos, para fazer com que a nossa empresa, as empresas do nosso estado e do nosso país, fiquem mais competitivas. E talvez a diminuição da carga tributária venha a ser muito importante neste momento, fazendo com que os nossos produtos fiquem mais baratos. Ai sim, quando todos, inclusive aquele que está sonegando, venham a recolher, consigamos fazer com que caia o preço do produto, e o consumidor consiga, na gôndola, comprá-lo com um preço mais interessante.

Urgente fica a questão do ajuste. Temos que trabalhar urgentemente na questão do micro e pequeno empreendedor que até então tinha o incentivo da lei do Simples, dos impostos, e que não pode agora cair numa cadeia comum. Temos que urgentemente colocá-lo num degrau que ele tenha condição de competir no mercado.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Conhecemos muito bem v.exa. e o seu trabalho em Jaraguá do Sul e região. E sabemos que desde que foi secretário, vereador, inclusive como empresário, sempre defendeu esta causa.

Estamos trabalhando, deputado, nessa direção. É o combate à sonegação, ao mesmo tempo sem onerar aquele que já está pagando. Nessa questão mais específica da substituição tributária o que a micro empresa precisa, deputado Edison Andrino, v.exa. que é defensor desta causa também, é ter a oportunidade mínima de haver a compensação da substituição na hora do recolhimento, porque senão vai pagar duas vezes, e isso é bitributação, além da substituição tributária que hoje não se acredita e não pode compensar. Então, é o mínimo que poderíamos retornar a uma condição de a micro e pequena empresa, principalmente na atividade varejista, poder competir. Daqui a pouco isso estimula a sonegação ser maior ainda e desestimula aqueles que pagam corretamente a conseguir manter-se no mercado.

Parabéns a v.exa. que está solidário com esta causa.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Nós participamos - só para completar o nosso tempo - da reunião da comissão, em que foi vista, trabalhada, a questão. O governo colocou uma suposta taxa de lucro em cima do produto "x". Foi citada a questão dos colchões, só que tem que ser diferenciado o lucro em cima do imposto do micro e pequeno empreendedor, que tem a taxa menor de tributação. Penso que esse deveria ser o foco, ou seja, o ajuste urgente nessa questão onde foi feito esse cálculo. A equipe do governo fez essa previsão, essa ideia desse percentual em cima desse cálculo. Como foi feito o cálculo dessa margem que supostamente seria o lucro do pequeno, do grande e do médio empreendedor, comerciante? Talvez esse percentual tenha que ser revisto, principalmente na questão do micro e pequeno empreendedor.

Então, seria essa a nossa preocupação e vamos participar da audiência, no dia 12 de maio, às 10h, no plenário desta Casa, com trabalhos presididos pelo deputado Edison Andrino. Com certeza iremos fazer com que o nosso estado progrida nessa questão, para que possamos dar cada vez mais condições ao pequeno e médio empreendedor de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dieter Janssen.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, essa frente que criamos em defesa do comércio varejista de Santa Catarina tem uma função muito importante para o nosso estado, para a economia, para a geração de empregos e para a população de uma maneira geral. V.Exa., deputado Dieter Janssen, que chegou recentemente a esta Casa, vai contribuir muito com sua jovialidade, com sua disposição, com sua experiência de uma das cidades mais promissoras economicamente, que é Jaraguá do Sul.

O interessante dessa frente é que tramitam muitos projetos, meu presidente, nesta Casa de interesse do comércio varejista. E quando digo do interesse do comércio varejista, digo do interesse da população de uma maneira geral, porque é difícil um município de Santa Catarina, por menor que seja, em qualquer lugar lá no cantinho do oeste, no norte, no sul, na serra, não ter uma loja que não tenha um determinado comércio voltado para o varejo. Como nesta Casa tramitam muitos projetos de interesse da população, da arrecadação do estado, do município e também do comércio de uma maneira geral, às vezes aprovamos algo achando que estamos atendendo ao consumidor, mas na verdade estamos criando dificuldades para ele.

Então, acho que essa frente, que faz um trabalho direto de acompanhamento do setor varejista, tem contribuído no sentido de apurar, de melhorar os projetos de lei que aqui tramitam e, acima de tudo, tem contribuído para o atendimento das reivindicações do setor, sensibilizando o governo para alguns pleitos e negociando com o setor varejista. E isso, acho, tem aprimorado o trabalho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Por isso quero cumprimentar v.exa., que chegou recentemente a esta Casa e já se engajou nessa luta em favor de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, aproveitando esta bela manhã de quinta-feira na capital dos catarinenses, quero falar um pouquinho da Casan.

A Casan, o Besc e a Celesc são três marcas importantes no estado de Santa Catarina. Se o Besc, meu presidente, deputado Moacir Sopelsa, teve dificuldades financeiras foi porque durante várias administrações a composição política da sua diretoria foi muito mais importante do que a composição técnica. Nomearam para a diretoria do banco políticos sem nenhuma qualificação técnica, que o usavam como instrumento eleitoral. E o que aconteceu? O Besc foi à bancarrota. E apesar da grife ser tão forte que ninguém tirou recursos da caderneta de poupança, que ninguém encerrou sua conta, mesmo nos momentos de maiores dificuldades, mas para sobreviver o Besc teve que ser incorporado pelo Banco do Brasil e graças a Deus continuou como banco público.

Srs. deputados, podemos distinguir tranquilamente um banco público de um banco privado. O banco público tem uma função social, ele não visa somente ao lucro. É diferente do banco privado. Assim é com a Casan, que é um órgão público que gera lucro, mas tem uma função social importante, tão importante e até mais importante do que a do Besc, posso dizer, porque lida com a saúde das pessoas, lida com a qualidade da água que os

catarinenses tomam todos os dias, lida com o esgoto que serve à nossa população. E Santa Catarina, lamentavelmente, não está num patamar privilegiado com respeito ao atendimento do seu saneamento básico. Por isso, a Casan assim como o Besc não podem ser usados como instrumento de política eleitoral.

Lamentavelmente, espero que o governador que assumiu agora dê um freio na administração da Casan; faça um controle para que não aconteça como aconteceu na eleição passada, com os burburinhos de interferência eleitoral, pois a estrutura descentralizada da Casan tem que prestar serviço administrativo e não serviço eleitoral.

Quanto à distribuição do lucro à sua diretoria, que ganha bem, sou contra, sr. presidente! Sou contra porque acho que se houve um acordo coletivo para que os funcionários participem do lucro daquela instituição, e a Casan possui técnicos muito bons, profissionais muito bons, acho que os diretores têm que abrir mão! Isso deveria até estar previsto em lei. Quem sabe possamos aprovar uma lei nesta Casa, sr. presidente, assim como aprovamos uma PEC recentemente com relação à Celesc, impedindo que os diretores da Casan recebam lucros, porque eles devem ser revertidos para novos projetos de saneamento básico.

Com respeito à composição da sua diretoria, quero dizer a v.exa. que já fiz indicação, sim, mas não vou receber um recado do presidente: o Andrino é contra a distribuição de lucro porque ele não emplacou um diretor na Casan.

Cabe aos políticos da Grande Florianópolis - e eu já fui prefeito desta cidade - fazer as indicações políticas para os cargos. Agora, eu indiquei um técnico com competência para fazer um trabalho administrativo. Espero que o presidente, que indicou vários diretores regionais, tenha feito o mesmo, o que não parece! Não parece!

Por isso, sr. presidente, espero também que o governador Leonel Pavan puxe o freio e dê uma arrumação na Casan. É bem verdade que a Casan melhorou muito, mas o déficit de saneamento básico em Santa Catarina é gritante, é vergonhoso. Eu fiquei em Brasília durante 13 anos e sempre ouvia comentários de que Santa Catarina é a Suíça brasileira. É bem verdade que o nosso estado, deputado Silvio Dreveck, é diferente dos grandes estados do nordeste, mas em saneamento básico estamos iguais aos piores estados do país.

E por isso, então, que não tem sentido distribuir lucros da Casan! O presidente já ganha bem, um diretor ganha muito bem, por que distribuir os lucros? Assim, creio que é hora desta Casa também dar uma arrumada nesse contexto.

Outro assunto, sr. presidente, neste dois minutos que me restam, é que estou muito preocupado com respeito à privatização da merenda escolar. Tenho dúvida, muitas dúvidas! Não estou dizendo que o processo de terceirização seja ruim, mas o fato de começar a demitir merendeiras, o fato de as APPs não merecerem o valor devido deixa-me com dúvidas em relação a todo o processo.

Eu fiz recentemente um projeto de lei nesta Casa que foi aprovado e que foi vetado pelo governador. Posteriormente, esta Casa, acertadamente, rejeitou o veto. O projeto prevê que os recursos oriundos dos quilosques existentes dentro das escolas sejam revertidos para as APPs fazerem os pequenos reparos nas escolas: um vidro quebrado, um esgoto entupido, um problema de piso que não está bem resolvido. Mas o governo vetou!

Acho que quando a compra da merenda é feita regionalmente, usando os

produtos locais, o marisco no litoral catarinense, a maçã na serra de Santa Catarina, os produtos oriundos da suinocultura lá na terra do presidente Moacir Sopelsa, sai muito mais barato, pois as APPs compram muito melhor, as escolas compram muito melhor e com um preço muito mais baixo do que se você centralizar a compra.

Então, não estou aqui tomando uma posição contra essa iniciativa, mas acho que merecemos mais informações, mais detalhes, mais esclarecimento sobre esse projeto de terceirização, de privatização da merenda escolar em Santa Catarina. Acho que esse negócio do estado mínimo tem que ser visto com um cuidado muito grande. O Besc tem que ser privatizado, a Casan tem que ser privatizada, a Celesc não funciona como empresa pública, a merenda escolar não funciona se for pública! Quer dizer que tudo aquilo que fizemos até agora está errado?! Não.

Então, temos que ter um pouco de cuidado! Vamos devagar que o santo é de barro. Vamos devagar com o andar que o santo é de barro! V.Exa., que deve ser bem religioso, conhece melhor o ditado do que eu.

Sr. presidente, vou encerrar, mas acho que esta Casa merece mais informações. Quem sabe possamos trazer o secretário da Educação para prestar informação ao Legislativo de Santa Catarina?!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Eu quero perguntar ao deputado Joares Ponticelli se ele faz parte da comissão de Educação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. faz parte da comissão de Educação?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O Deputado Pedro Uczai nos disse que votariam na comissão de Educação, ontem ou na terça-feira, a convocação do secretário da Educação a esta Casa para prestar esse esclarecimento.

Estamos vendo que aqui não há mais essa questão de partido político, todos querem saber de fato o que aconteceu. E eu acho que nós temos que tirar isso do papel na segunda ou na terça-feira.

Quero pedir desculpas pelo comentário que fiz, mas acho que temos que fazer esse esclarecimento.

Com a palavra o próximo deputado inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, deputados Dieter Janssen, Silvio Dreveck e Sargento Amauri Soares, telespectadores da TV Assembleia, ouvintes da Rádio Alecs Digital, em primeiro lugar, quero cumprimentar o deputado Edison Andrino pela sua manifestação responsável, tanto com relação à questão da Casan quanto com relação à questão da merenda escolar, que nós estamos há semanas debatendo e discutindo, acreditando que precisamos fazer inclusive uma investigação mais profunda desse processo todo.

Eu continuo achando que é caso de abertura de uma CPI, para podermos apurar esses contratos, essa questão do problema social da demissão dessas cinco mil merendeiras, para saber o porquê do custo da merenda escolar ter saltado de R\$ 69 milhões para R\$ 210 milhões este ano, para saber por

que o mesmo cardápio oferecido pela mesma empresa que ganhou no estado adota preços diferentes nos municípios. A empresa oferece, deputado Sargento Soares, um prato de alimentação pelo valor de R\$ 1,27, em Chapecó, sendo que o mesmo cardápio foi contratado pelo estado por R\$ 1,59. Será que lá em Chapecó, por um R\$ 1,27, a empresa não tem lucro? Por que o mesmo cardápio no estado custa R\$ 1,59?

Ai está a primeira prova de que há negociação, de que há sujeira embaixo desse tapete, e nós precisamos levantar e investigar com muita responsabilidade.

Deputado Moacir Sopelsa, eu cumprimento v.exa. também pela posição, mostrando que essa é uma questão de estado e não uma questão de Oposição ou de Situação. É um problema sério, social, econômico e financeiro que vai ser gerado, e nós precisamos discutir e esclarecer tudo isso.

Nós defendemos, sim, a verdadeira descentralização como um todo, botando o dinheiro da merenda na escola, para cada escola contratar, na própria comunidade, a sua merenda e oferecê-la com qualidade aos alunos.

Com relação à Casan, eu quero ler aqui a nota que consta da coluna do competente jornalista Cristiano Carrador, do jornal *Notisul*, de Tubarão.

(Passa a ler.)

"Desrespeito em Braço do Norte

Há aproximadamente três anos, quando o contrato de Braço do Norte com a Casan venceu, promessas para a manutenção com a mudança de nomenclatura de gestão compartilhada foram feitas. O tempo passa e nada é cumprido. Onde está o sistema de tratamento de esgoto? Há ruas com esgoto a céu aberto. O agente regional da estatal na cidade, Ivan Azevedo, não quis falar sobre o assunto. O deputado Joares Ponticelli bem que poderia cobrar!"

Naturalmente que esse é o nosso compromisso, pois Braço do Norte é uma das cidades que representamos e temos a obrigação de defendê-la neste Parlamento.

Essa é a manchete, deputado Dieter Janssen e deputado Silvio Dreveck, do jornal *Folha do Vale*.

(Passa a ler.)

"Esgoto a céu aberto revolta a comunidade de Braço do Norte."

Há três anos a tal da gestão compartilhada foi assinada com a Casan e absolutamente nada aconteceu! O gerente da empresa não se explica, o prefeito Válio Uliano precisa se posicionar. Não há mais como manter esse contrato porque é uma vergonha, é um desrespeito! Essa é a forma de gestão. E não se justifica, por exemplo, essa distribuição vergonhosa, indecente de lucros para diretores da empresa!

Que ainda se fale em distribuir lucro para o funcionário de carreira, efetivo, comprometido, ainda há defesa, pois são eles que estão segurando a empresa, mas são 14 diretores, eram quatro no governo Amin, nomeados com um único critério: indicação político-partidária. Gente que perdeu eleição, que vai ser candidato nas próximas eleições, que será candidato a prefeito na eleição que vem, que foi candidato e perdeu nessa, que não elegeu sucessor, que ficou desempregado na prefeitura e foi acolhido na Casan, que ganham salários que passam longe do que ganha um deputado estadual. O nosso salário é de R\$ 12 mil, eles ganham vezes e meia o que nós ganhamos, ganham dezenas de salários mínimos por mês e agora vão receber, por benevolência do sr. presidente, R\$ 100 mil a título de divisão de lucros, de uma empresa que

deve 85% de esgoto em Santa Catarina, em 85% dos municípios.

Não dá para compreender que uma empresa teve a autorização do Conselho de Administração para contrair um empréstimo de R\$ 50 milhões para colocar no fluxo de caixa. E ontem vieram tentar me explicar dizendo que isso era só para uma eventualidade, que caso haja necessidade já está autorizado. E aí falam em lucro de R\$ 32 milhões. Maquiagem pura esse balanço! O balanço da Casan, não tenho dúvidas, é uma maquiagem só! Isso dito por pessoas da Celesc.

Não dá para entender, por exemplo, por que o empréstimo internacional da Casan quem paga é o Tesouro! Isso não aparece, para poder distribuir lucros. E agora me parece que há outro grande negócio em operação: a troca dos hodômetros.

Na terça-feira vou trazer mais detalhes sobre esse assunto. Acho que é uma empresa de Brasília que vai fazer a distribuição dos hodômetros em Florianópolis. Não sei a que custo, mas na terça-feira teremos que fazer, deputado Silvio Dreveck, um pedido de informação. Há um grande negócio em andamento, mas na semana que vem trarei mais detalhes sobre isso.

Hoje, preciso voltar à questão que abordei aqui, ontem, sobre a perplexidade, a indignação da comunidade de Tubarão e da região pelas negativas do governador Leonel Pavan com relação às grandes obras prometidas há sete anos e meio, que é a pavimentação em Pedras Grandes, Orleans, no BID V, e a construção da nossa arena multiuso.

Tenho aqui pelo menos umas três fotografias dos vários lances para a imprensa que foram feitos. Uma com o governador Leonel Pavan, na Associação Comercial e Industrial, quando o projeto foi apresentado há quase um

mês, e outra com o secretário levando o projeto final para o prefeito. E nela aparece o secretário anterior ainda, Jairo Cascaes, também apresentando o projeto. Ainda faltam as fotos de quando Eduardo Moreira era governador, em 2006, que também teve a assinatura de papel para construir a arena.

Foram mais ou menos oito ou nove papéis assinados, e agora Leonel Pavan diz que não tem orçamento. Quando eu disse aqui que não tinha orçamento, fui chamado de mentiroso. Agora, diz que não tem nem para a arena multiuso nem para a pavimentação Tubarão/Orleans, mais especificamente Pedras Grandes a Orleans, ligando o litoral à serra, por isso Serramar.

Para nossa surpresa, na Feincos, a feira promovida e organizada pela Associação Comercial e Industrial com todas as suas entidades - e a abertura será no dia 19 de maio e irá até o dia 23 -, também foi anunciada a parceria do governo do estado, já que ele tem ajudado diversas festas. E nessa visita do governador também houve a negativa na participação do governo do estado na nossa feira, na Feincos, o que deixou o presidente Eduardo Nunes profundamente decepcionado com esse desrespeito com que tanto o governo anterior quanto o atual continuam tratando a nossa cidade de Tubarão.

São essas notas frias, são esses cheques sem fundos que foram assinados. E eu alertava sobre isso quando eu dizia que as vacas já não podiam mais ouvir barulho do helicóptero que se mandavam, porque sabiam que era o governador Luiz Henrique chegando para fazer mais um churrasco. E centenas e milhares de vacas foram assassinadas para dar churrasco para o governador, e nada de obra. E agora o Pavan continua dizendo que não sabia. Eu nunca vi nada parecido...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

A Presidência informa que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 39ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 11 de maio de 2010:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0029/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0013/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0033/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0050/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0054/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0093/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0096/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0159/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0618/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; e 0628/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0302/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0375/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; e 0493/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 306, de 12 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **KATHERINE BENEDET GALLI**, matrícula nº 3537, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2010 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 307, de 12 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

**NOMEAR CLAUDIA REGINA ALVES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 308, de 12 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **LEIA MENDES COOK**, matrícula nº 1287, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Suporte Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de maio de 2010 (Diretoria Legislativa).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 309, de 12 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **ZILÁ FALCK BORTOLINI**, matrícula nº 1959, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Redação Final e de Autógrafos das Proposições, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de maio de 2010 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 310, de 12 de maio de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **IVÂNIA BEATRIZ RANZOLIN NERBASS**, matrícula nº 0981, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Redação Final e de Autógrafos das Proposições - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de maio de 2010 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 311, de 12 de maio de 2010**

Dispõe sobre o expediente na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2010.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente na Assembleia Legislativa será o seguinte:

15/06 - das 8:00 às 14:00 horas

25/06 - das 13:30 às 18:30 horas

Parágrafo único. O servidor impedido por qualquer motivo de cumprir os horários fixados no caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 312, de 12 de maio de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com fulcro no § 3º do art. 1º, no caput do art. 116, no caput do art. 117 e no parágrafo único do art. 63, todos do Regimento Interno da ALESC, e considerando possíveis implicações ante a legislação eleitoral, cautelarmente,

**RESOLVE:**

Art. 1º No período compreendido entre 09 de junho a 03 de outubro de 2010, excepcionalmente, as sessões especial e solene, previstas nos incisos IV e V do art.6º, do Regimento Interno, serão realizadas exclusivamente nas dependências do Palácio Barriga Verde.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

**Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente**

**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

**ATA DA 1727ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1727ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves. Ausente, justificadamente, os Drs. Anselmo Inácio Klein, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 05/05/10. 1) Processos em Regime de Vista: Processo nº 0548/10, de Jane Rose Sgrott, aprovado por unanimidade voto relator Dr. José Carlos da Silveira; Processo nº 0563/10, de Paulo Roberto Arenhart, aprovado por unanimidade voto relator Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior e Ofício CRM nº 015/2010 de 09/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Recursos Materiais "Consulta - kits de educação ambiental", relator Dr. José Carlos da Silveira, aprovado por maioria voto vista do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. Continuando, foram retirados de pauta os processos: Processo nº 0643/10, de Maria Helena Saris; Processo nº 0650/10, de Rossana Maria Borges Espezin; Processo nº 0652/10, de Elias Amaral dos Santos; Processo nº 0665/10, de Cláudio Henrique Schons e Processo nº 0667/10, de Alexandre José Back. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0735/10, de Rui Bussulo e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0723/10, de Carlos Renato dos Santos. 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, o relator deu conhecimento do parecer emitido ao Mandado de Segurança nº 2010.019656-0, Impetrante: SINDALESC, Impetrado: Presidente da ALESC "re-implantação da gratificação de insalubridade - impedir que a implementação da Resolução nº 12/2009 importe em redução dos vencimentos totais". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0734/10, de Gilmar Pagotto; Processo nº 0716/10, de Dirce Lucia Plano e a Consulta - Ofício CL nº 0241/2010 de 29/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao termo de Cooperação Técnica nº 066/2009-01, confecção de cento e cinquenta mil gibis com o tema: bullying", retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0669/10, de Lisandrea Cristina da Costa. 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0749/10, de Eduardo Pereira Andrada; Processo nº 0549/10, de Aurélio Paladini, o relator deu conhecimento das informações prestadas ao Mandado de Segurança nº 2010.018438-3, Impetrantes: Tânia Maria Hilsendeger da Silva e outros, Impetrado: Presidente da ALESC "re-implantação da gratificação de insalubridade - impedir que a implementação da Resolução nº 12/2009 importe em redução dos vencimentos totais". 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos

processos: Processo nº 0717/10, de Lisandrea Cristina da Costa; Consulta - Ofício CL nº 0243/2010 de 29/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - confecção de cento e cinquenta mil gibis com o tema: bullying", e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0689/10, de Renata Rosinei da Cunha. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0624/10, de Deluana Buss. Continuando, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 0253/2010 de 03/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2005-05, firmado com a Empresa MILSUL - Comércio, Importação e Exportação Ltda.", o relator deu conhecimento do parecer exarado ao Mandado de Segurança nº 2010.018437-6, Impetrantes: Sérgio Ney Santana de Oliveira e outros, Impetrado: Presidente da ALESC "re-implantação da gratificação de insalubridade - impedir que a implementação da Resolução nº 12/2009 importe em redução dos vencimentos totais". 8) Tendo em vista a ausência, justificada, do Dr. Sérgio Augusto Machado e do Dr. José Carlos da Silveira, foram relatados pelo Procurador-Presidente Dr. Fábio de Magalhães Furlan os processos na sequência: Processo nº 0732/10, de Alberto Neves; Processo nº 0748/10, Eduardo Delvalhas dos Santos; Processo nº 0733/10, de Eugênia Maria Bonetti e Processo nº 0736/10, de Cristiano Heyse Tavares, todos pareceres aprovados por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia doze (12) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 05 de maio de 2010.

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

**EXTRATO CL N.º 081/2010**

REFERENTE: Contrato CL n.º 027/2010, celebrado em 05/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na coleta, transporte e destinação de resíduos hospitalares, compreendendo resíduos sólidos e perfurocortantes provenientes da Coordenadoria de Saúde da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$ 12.050,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 014/2010; Autorização para Processo Licitatório n.º 010/2010 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 05 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

Sr. José Luiz Piccoli - Procurador

Renata Oliveira Stoeterau - Procurador

\*\*\* X X X \*\*\*



**EXTRATO Nº 082/2010**

REFERENTE: 05º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 044/2005, que tem por objeto a prestação preventiva e corretiva com fornecimento e substituição de peças e insumos de fotocopiadoras.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Milsul Comércio, Importação e Exportação Ltda.

OBJETO: O presente aditamento tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 044/2005-00 pelo período compreendido entre 01/05/2010 e 15/12/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 57, II, § 4º da Lei nº 8.666/93; Item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa. Florianópolis, 30 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Paulo Viapiana Arias- Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 116/10****MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA****DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO****RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES**

Senhor Diretor do Departamento de Justiça,  
Na qualidade de representante legal da instituição abaixo qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades, em atenção a Lei nº 50.517/61, objetivando:

**( ) Concessão do título de Utilidade Pública Federal (Requerimento)**  
**(x) Manutenção do título de Utilidade Pública Federal (Prestação de Contas Anual), bem como requeremos a expedição da Certidão de regularidade da Utilidade Pública Federal.**

Ascurra, SC, 12 de abril de 2010.

Pe. Alvaro Noriler

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 117/10****ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER****RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES****EXERCÍCIO ANO 2009****MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL****IDENTIFICAÇÃO:**

<b>Nome/Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER	
<b>CNPJ:</b> 03.084.627/0001-66	
<b>ENDEREÇO:</b> Rua Deputado Lauro Carneiro de Loyola, nº 836	
<b>BAIRRO/CIDADE/UF:</b> IRIRIU/JOINVILLE/SC	
<b>TELEFONE:</b> (47) 3437-7020/ <b>E-mail:</b> abrenascer@terra.com.br	
<b>SEDE DA ENTIDADE:</b> CASA PRÓPRIA	
<b>COMPOSIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA:</b>	
<b>MANDATO:</b> Início 01 de janeiro 2008 Término 31 de dezembro 2009	
<b>PRESIDENTE:</b> FERNANDO MEZADRI	
<b>RG:</b> 3.495.442-2	<b>CPF:</b> 032.441.239 - 88
<b>VICE PRESIDENTE:</b> MAURO ASSUNÇÃO XAVIER	
<b>RG:</b> 2/R 147.855-5	<b>CPF:</b> 511.392.359 - 15
<b>1º TESOUREIRO:</b> RODRIGO TOMASELLI	
<b>RG:</b> 3.608.783	<b>CPF:</b> 004.9000.959 -17

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 118/10****PASTORAL CARCERÁRIA - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO DIMAS**

Conforme lei 14.182/07, vimos através desta, encaminhar o relatório de atividade da Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), referente ao ano de 2009.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

A Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), foi fundada em 20 de janeiro de 1971, com sede e foro na comarca de Florianópolis, localizada na Rua Delminda da Silveira, nº 960, Bairro Agrônoma. É constituída como entidade de caráter beneficente e filantrópico, dotada de personalidade jurídica, de direito privado e com inscrição no conselho municipal de assistência social. A atuação da ASBEDIM circunscreve o sistema prisional da Grande Florianópolis, que compreende Presídio Masculino, Presídio Feminino e Penitenciária de Florianópolis. Colônia Penal Agrícola de Palhoça e Penitenciária de São Pedro de Alcântara, apoiando e subsidiando ações da Pastoral Carcerária, que possibilitam promoção e inclusão social aos privados de liberdade e suas famílias. Possui em sua organização cinco departamentos: social, laboral, jurídico, de comunicação e

evangelização, cada qual com suas funções específicas. Essas ações constituem-se em atividades sociais e evangelizadoras no ambiente carcerário, com a presença solidária de seus agentes no interior das prisões, ouvindo os presos, intermediando suas reivindicações e necessidades, velando por sua integridade física, psíquica e defendendo seus direitos.

Nossa associação igualmente atende com doações de roupas, sapatos, kit de higiene pessoal (escova e creme dental, barbeador e sabonete), colchões, livros e presta atendimento jurídico e de assistência social em, em média para 1100 detentos/ano. Do mesmo modo, as doações materiais, são encaminhadas a presídios e penitenciárias de nosso Estado, como: Itajaí, Balneário Camboriú, São José, Curitiba, etc.

Como opção de inclusão social, geração de trabalho e renda, capacitação e profissionalização, a ASBEDIM coordena três oficinas de trabalho: estamparia, confecção e sabão artesanal. Todas as oficinas são realizadas nas dependências do Presídio Masculino de Florianópolis, beneficiando 13.

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO 119/10****ASAPREV****ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE BLUMENAU**

De conformidade com a lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, encaminhamos abaixo o **"Relatório das atividades da ASAPREV BLUMENAU"** do ano de 2009.

Com as contribuições dos associados esta entidade conseguiu promover eventos significativos e realizar ações culturais de grande valor, graças ao apoio dos patrocinadores.

A única subvenção que recebemos foi uma verba do Governo do Estado, que foi usada na aquisição de um computador e uma central telefônica.

**DIA DO IDOSO - 3º VIVENDO A MELHOR IDADE**

Um grande evento foi a comemoração do DIA NACIONAL E INTERNACIONAL DO IDOSO (1º de outubro) em 31 de setembro (ver material em anexo, nosso Informativo nº 06)

**3ª EDIÇÃO: MOSTRA "EXALTAÇÃO À SABEDORIA"**

A Diretoria da ASAPREV sempre preocupada com o lazer e acompanhamento dos idosos, institui a Exposição "Exaltação à Sabedoria".

Nesta mostra são expostos trabalhos dos associados e dos idosos em geral, sendo, pinturas, cerâmica, escultura, artesanato e um painel de poesias.

Em 2009, esta exposição teve a participação de escolas, onde crianças enviaram poesias e também incentivaram seus avós a escreverem e participarem com poesias, contos, memórias e crônicas.

Este evento aconteceu na sede da ASAPREV, junto com a comemoração do seu 23º aniversário e teve um grande número de participantes e visitantes.

Juntamente com este evento inauguramos o "MEMORIAL ASAPREV", resgatando a história da associação. (em anexo fotos)

**AULAS DE INFORMÁTICA PARA A TERCEIRA IDADE**

As aulas são ministradas na sede da nossa entidade, com professores voluntários.

Acontecem duas vezes por semana.

Os equipamentos usados foram todos doados a ASAPREV, por pessoas físicas e jurídicas. (em anexo fotos)

**ASSISTÊNCIA JURÍDICA**

A ASAPREV presta assistência jurídica aos associados oferecendo atendimento, com dois advogados que atendem todas as semanas na sede social. A consulta é gratuita.

**PLANOS DE SAÚDE**

A ASAPREV possui um plano de saúde acessível para os associados, através de convênio firmado pela nossa FEDERAÇÃO com a UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS, o qual foi estendido aos associados e seus dependentes.

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 120/10****SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA**

Associação Migueloestina de Apoio às Pessoas Carentes - AMAPEC.  
EXMº Sr.

DEPUTADO

São Miguel do Oeste (SC), 03 de maio de 2010.

Primeiro Secretário

Senhor Deputado.

Remeto a Vossa Senhoria, em anexo a documentação da Associação Migueloestina de Apoio a Pessoas Carentes (AMAPEC) referente ao relatório de atividades do ano de 2010, em cumprimento à Lei nº 14.182/07.

Sendo o que se apresenta no momento, externamos aqui protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Zulma Pina de Almeida**  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 121/10**

CLUBE DE MÃES FAZER NÃO ESPERAR ACONTECER DA LOGGINHA - JLLE.  
Joinville, 10 de maio de 2010

Ao  
Presidente da:  
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Em cumprimento a Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, e alterações posteriores, estamos enviando em anexos documentos exigidos conforme Art. 3º, da referida Lei.

Atenciosamente,  
Juarez Ladislau da Silva  
Diretor-Tesoureiro

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 122/10****HOSPITAL INFANTIL SEARA DO BEM**

Lages, 30 de abril de 2010.

À  
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Ref. Prestação de Contas - Utilidade Pública Estadual  
Excelentíssimo Srs.

Em atendimento a legislação em vigor encaminhamos Relatório Circunstanciado Anual de Atividades, com o objetivo da manutenção do Título de Entidade Pública Estadual.

Sendo o que tinha para o momento e à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Eder Alexandre Gonçalves  
Administrador  
CRA: 18.429

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 123/10****Associação de Pais dos Excepcionais de Navegantes - APAE**

EXMO. SR.  
Deputado Gelson Merísio  
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina  
Florianópolis - SC  
Ofício nº 047/2010

Navegantes, 22 de abril de 2010.

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos através deste, solicitar a vossa excelência a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - APAE, na forma da Lei.

Seguem anexos documentos necessários para a renovação:

- Relatório Anual de Atividades;
- Balancete Contábil;
- Estatuto da Apae;
- Declaração.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhes votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

DINAMAR SIMAS SEIDE  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 124/10****COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE**

Of. 026/2010

Joinville/SC, 28 de abril de 2010.

À  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
A/C Sr. Deputado Gelson Luz Merísio - Presidente  
NESTA

A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, entidade civil, religiosa, filantrópica e assistencial, com sede à rua Princesa Isabel, n.º 508, nesta cidade de Joinville-SC, declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 975 de 09.10.1968, Estadual, Lei nº 4.369 de 22.09.1969 e Federal, Decreto-Lei nº 91.108 de 12.03.1985, vem através de seu Presidente solicitar, à V.Sas. o **REQUERER** da "Certidão de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual", de que a instituição é declarada de Utilidade Pública Estadual. Em anexo estamos encaminhando os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades 2009;
- Balancete financeiro do exercício de 2009, aprovado pelo Conselho Fiscal;
- Estatuto Social da Entidade;
- Ata de eleição da atual Diretoria;
- Declaração que os membros da Diretoria não são remunerados.

Nestes termos, pedimos Deferimento,

**COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE**  
Francisco Carlos Brunken Filho - Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 125/10****APAE/ANCHIETA**

Anchieta, 30 de abril de 2010.

OF. Nº 28/2010  
Prezado Sr.  
Jorginho Santos Mello  
Presidente da Assembléia Legislativa  
Florianópolis - SC

Cumprimentando-o cordialmente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, juntamente com a Instituição Especializada Padre Martinho Burguer de Anchieta Estado de Santa Catarina estamos enviando-lhe os documentos abaixo relacionados a fim de mantermos o título de Utilidade Pública Estadual de nossa Instituição.

- Relatórios de atividades 2009 que também enviamos ao CNES/MJ.
- Balanço contábil 2009.
- CNPJ.

- Ata de aprovação das contas.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protesto de estima e apreço.

Atenciosamente,  
Maria Alice Rizzotto Hoffmann  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/2010

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 126/10****ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER - ATENA**

Ofício nº 043/10 Mafra, 27 de abril de 2010.

Ilmo. Sr.  
GELSON MERÍSIO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
Florianópolis - SC

Com os cordiais cumprimentos servimo-nos do presente para encaminhar Balanço Patrimonial referente ao exercício 2009, (prestação de Contas) conforme exigência da lei de Utilidade Pública Estadual. Nosso número de UPE 13. 743/2006.

Nossa entidade é sem fins lucrativos e possui um programa terapêutico, conhecido como Comunidade Terapêutica, com duração de 06 (seis) meses para o sexo masculino.

Sendo o que havia para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar nossos sinceros protestos de estima e consideração e convidamos a conhecer nossa entidade.

Atenciosamente  
Anete de Fátima Woehl  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/2010

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 127/10****ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E MATERNIDADE SÃO SEBASTIÃO**

Ilmo. Sr.  
Presidente da Assembléia Legislativa  
FLORIANÓPOLIS - SC  
Ofício nº 022/2010

Papanduva - SC, 28 de Abril de 2010.

Prezado Senhor:  
Vimos através deste, enviar em cumprimento ao artigo 3º da Lei nº 13.663/2005, para que o Hospital possa continuar com o Título de Utilidade Pública Estadual.

Aproveitando o ensejo, apresentamos os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,  
Roseni Torette Teixeira Lisboa  
Diretora Administrativa

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 128/10****APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Ofício Nº 22/2010 Palmas Sola, 27 de Abril de 2010

Senhor Presidente  
Jorginho dos Santos Mello  
Presidente da Assembléia Legislativa

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palma Sola, vem por meio deste comunicar que esta encaminhando em anexo o relatório de atividades do ano de 2009 e também o balanço patrimonial, para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,  
Nair Libera Javornik  
Presidente da APAE

*Lido no Expediente*  
Sessão de 11/05/2010

\*\*\* X X X \*\*\*

OFÍCIO Nº 129/10  
OFÍCIO Nº 130/10  
OFÍCIO Nº 131/10  
OFÍCIO Nº 132/10  
OFÍCIO Nº 133/10

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA  
- CEAS/SC**

OF. CEAS/SC Nº 23/10 FLORIANÓPOLIS, 29 DE ABRIL DE 2010  
EXMO. SR.

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADO GELSON MERISIO

PRAÇA TANCREDO NEVES

88.020 - 180 - FLORIANÓPOLIS - SC

SENHOR PRESIDENTE,

ESTAMOS ENCAMINHANDO CINCO CONJUNTOS DE RELATÓRIOS DE AÇÕES, BALANÇO E OUTROS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2009, RECEBIDOS NESTA DATA, DOS SEGUINTE INTERESSADOS:

**COLÉGIO SALESIANO E LAR PADRE JACÓ DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, COLÉGIO DOM BOSCO E COLÉGIO AUXILIADORA - INSTITUTO AUXILIADORA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL COLÉGIO AUXILIADORA - INSTITUTO AUXILIADORA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR O STATUS DE UTILIDADE PÚBLICA DOS RESPECTIVOS ESTABELECIMENTOS.**

2. OS REQUERIMENTOS DE ENCAMINHAMENTO ORIGINAIS ESTÃO EM ARQUIVO NESTE CONSELHO.

COLOCANDO-NOS À DISPOSIÇÃO DE VOSSA EXCELENCIA PARA ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, AGRADECEMOS AS PROVIDÊNCIAS ATENCIOSAMENTE,

MARIA CECÍLIA ANTONIA GODSFRIEDT

PRESIDENTE DO CEAS/SC

**\*ANEXOS: CÓPIA DOS OFÍCIOS S/Nº E ORIGINAL DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES, BALANÇOS E DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS/2009, DOS ESTABELECIMENTOS CITADOS.**

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 134/10**

OFÍCIO 001/10

Ao Senhor

Caçador, 15 de abril de 2010

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Palácio Barriga Verde

Rua: Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Atendendo às determinações contidas na Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007, que em seu artigo 3º, dispõe sobre a obrigatoriedade de encaminharmos o Relatório das atividades desenvolvidas nos últimos 12 meses, formulamos o presente para, em anexo, enviar à Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, cópia dos documentos comprobatórios, como segue:

a - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b - Relatório das atividades do Exercício de 2009;

c - Declaração de Utilidade Pública do Poder Público Municipal;

d - Ata da posse da atual Diretoria.

Esperamos termos cumprido com nosso dever para com essa Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, nos subscrevemos.

Atenciosamente,  
Leonardo Dalla Véchia  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 12/05/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 722, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, na DA/CRM - Gerência de Almoxarifado.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 723, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **ANTONIO CARLOS VIEIRA JUNIOR**, matrícula nº 1556, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-58, na DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 724, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SUZANA SENNA BOUSFIELD**, matrícula nº 5943, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2010 (Gab Dep Edison Andrino).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 725, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR BERNADETE SENNA BOUSFIELD**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 726, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARLETE SCHMITT STAHELIN**, matrícula nº 3616, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 727, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **HAMILTON JOÃO DA SILVA**, matrícula nº 5936, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 728, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **EUNICE STELLA DE FREITAS**, matrícula nº 5489, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 729, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **AGUIDA APARECIDA REIS**, matrícula nº 5660, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 730, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ADALBERTO FERNANDO**

**AMORIM**, matrícula nº 6212, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 731, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **BARBARA CRISTIANE CLEZAR**

**BORGES**, matrícula nº 5036, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de maio de 2010 (Deputado Dieter Janssen).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 732, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR KAREN SUYAN CLEZAR BORGES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Dieter Janssen).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 733, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IVONETE APARECIDA VIEIRA**, matrícula nº 4850, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-10, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de maio de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 734, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR IVONETE APARECIDA VIEIRA**, matrícula nº 4850, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de maio de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 735, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LAERZIO D'AQUINO**, matrícula nº 4476, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de maio de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 736, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAERZIO D'AQUINO**, matrícula nº 4476, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de maio de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 737, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PATRICK ALEXANDRE**

**PALMEIRA**, matrícula nº 4420, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de maio de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 738, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ELIZIANE DE SOUZA**, matrícula nº 6357, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de maio de 2010 (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 739, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUCAS DE MORAES MONTIBELER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andriano).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 740, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Presidência **JAIME SABINO FIGUEIREDO**, Analista Técnico em Gestão Pública, Nivel-GESTOR-8-A, matrícula nº 172324-3-01 servidor do Poder Executivo - SEF, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 882, de 03 de maio de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 741, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1879	Evandro Gonçalves Pereira	13/04/05	12/04/10	0793/10
0904	Newton Ladislau Zomkowski	11/04/05	10/04/10	0747/10
4633	Silvia Regina Silveira da Rosa	22/03/05	21/03/10	0603/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 742, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Eva de Oliveira	5493	3%	3%	01/05/10	0782/10
Paulo Gonçalo Ronconi	5495	3%	3%	01/05/10	0786/10
Lidia Sabatke	5492	3%	3%	01/05/10	0785/10
Volsiu Waltrick	5503	3%	3%	01/05/10	0791/10
Jacy Simão	2491	3%	21%	04/05/10	0805/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 743, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Sula Eliana Boiko	3656	3%	9%	01/05/10	0789/10
Sara Loni Leepkahn Medeiros	2133	3%	27%	01/05/10	0792/10
Ussiel Cundinho Fernandes Dias	5500	3%	3%	01/05/10	0790/10
Regina Ester Vill da Silva	5501	3%	3%	01/05/10	0804/10
Armando Correa de Melo Junior	5505	3%	3%	01/05/10	0779/10
Julio Cesar Martins	3702	3%	9%	01/05/10	0783/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 744, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Paulo Ricardo Borgo Sardi	5511	3%	3%	01/05/10	0787/10
Sandra Regina Guimarães	2109	3%	27%	01/05/10	0802/10
Johni Lucas da Silva	2096	3%	27%	02/05/10	0803/10
Julio Barbosa Matiauda	2160	3%	27%	01/05/10	0801/10
Lairton Tenconi	3693	3%	9%	01/05/10	0784/10

Arnaldo Santana Filho	3676	3%	9%	01/05/10	0781/10
Elzamar Alves Dante	4406	3%	6%	30/04/10	0780/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 745, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR GERT STAUDINGER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rogério Mendonça).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 746, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANTONIO MARCIO ZUPPO PEREIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 747, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR GERCINO VIEIRA DE CAMPOS**, matrícula nº 5298, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 748, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FERNANDO DE FAVERI MARCELINO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 749, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FRANCIELE TEIXEIRA FERNANDES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 750, de 12 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,



**EXONERAR** o servidor **ALIRIO NUNES ANSELMO**, matrícula nº 4247, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 751, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ALIRIO NUNES ANSELMO**, matrícula nº 4247, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 752, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **GILMAR PAGOTTO**, matrícula nº 3183, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 753, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR GILMAR PAGOTTO**, matrícula nº 3183, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 754, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO**, matrícula nº 4934, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 755, de 12 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO**, matrícula nº 4934, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 11 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 141/10

Dispõe sobre a distribuição dos lucros ou resultados aos administradores e trabalhadores das empresas estatais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Artigo 1º - O voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das empresas estatais, que implique em atribuir aos administradores e trabalhadores a participação nos lucros ou resultados, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único: Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Estado de Santa Catarina, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de submeter ao controle prévio do Poder Legislativo a decisão que envolva a divisão de lucros ou resultados aos administradores e trabalhadores das empresas estatais, de forma a garantir que o voto dos representantes do Estado preservem o interesse da sociedade catarinense, consagrando o princípio da supremacia do interesse público.

Diante do exposto, espero contar com a sensibilidade dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 142/10

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Regional - FAI, com sede no município de Itapiranga.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Regional - FAI, com sede no município de Itapiranga.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º,

III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 12/05/10

### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição de fins não econômicos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste e Santa Helena, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Ademais, compulsando suas cláusulas estatutárias é possível constatar que tem por finalidade prestar serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelo Estado.

Sua atuação dá-se no desenvolvimento regional, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da sociedade a partir de ações que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, desenvolvimento da infra-estrutura e o incremento dos serviços sociais, respeitando o uso sustentável dos recursos naturais, bem como fomentando a integração entre instituições com a comunidade.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-lo, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 143/10

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar ao consumidor final o valor cobrado a título de impostos embutidos no preço total de produto ou serviço.

Artigo 1º - Todos os preços de bens e serviços devem especificar o montante de impostos ao consumidor final dos mesmos.

§ 1º A divulgação do preço final de qualquer bem e serviço e os respectivos impostos deve ser feito de forma destacada e individualizada, possibilitando sua rápida identificação por parte do consumidor final.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a qualquer exposição pública, quer em vitrines ou similares, quer em estantes ou prateleiras.

§ 3º Essa Lei se aplica exclusivamente às empresas que se enquadrem no conceito de fornecedor nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

§ 4º Os tributos aos quais se referem a presente Lei são os seguintes: IPI, II, ICMS e ISS.

Artigo 2º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito da autoridade competente;
- II - Multa por descumprimento que incidirá 3 (três) vezes sobre o valor do produto, dobrado a cada reincidência.

Parágrafo único - O destino dos recursos resultante da arrecadação das multas será definido na regulamentação da presente Lei.

Artigo 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei e a aplicação das penalidades referidas no artigo anterior serão exercidas pelas autoridades competentes e de órgãos de defesa do consumidor.

Artigo 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Parágrafo único - A ausência de regulamentação não impede a vigência da presente Lei.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/05/10*

#### JUSTIFICATIVA

O artigo 5º, no inciso XXXII, da Constituição Federal assegura os direitos do consumidor, cabendo ao Estado promover medidas eficazes para protegê-lo de condutas arbitrárias e excessivas por parte dos fornecedores;

O artigo 150 da Constituição Federal estabelece as limitações ao poder de tributar. Tal limitação evita que o Estado, na sua função tributante, sobreponha-se aos direitos fundamentais assegurados ao cidadão.

O parágrafo quinto do artigo 150 da constituição Federal dispõe que: "A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços."

Portanto, mesmo que se queira invocar dificuldades iniciais no cumprimento da presente lei, particularmente por parte de micro e pequenos fornecedores, cabe dizer que o presente projeto visa instituir melhorias a todas as classes da sociedade, estando em concordância com os ditames da Constituição Federal.

A norma quando em vigor reduzirá dúvidas quanto ao preço de produtos e serviços, uma vez que este visualizará o montante que está a pagar de tributos, os quais serão destinados para seu próprio usufruto em obras públicas, saúde, educação e infraestrutura.

Adicionalmente, informa-se que essa medida já se encontra em vigor nos países europeus desde 1984.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 144/10

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Itoupava Rega, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Moradores de Itoupava Rega, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balanço contábil."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Giancarlo Tomelin

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/05/10*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação de Moradores de Itoupava Rega, com sede no município de Blumenau.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter comunitário, esportivo, cultural e recreativo, de organização, de defesa dos interesses da criança do adolescente e auxílio aos idosos que tem por finalidade a avaliação das necessidades, problemas e melhorias para a comunidade, promovendo atividades culturais que se destinam a manutenção dos costumes, tradições regionais, confraternização através de bailes com jantar dançante, bingos festivos, café colonial e pastelada, bem como angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção dos objetivos da entidade por meio de campanhas, doações, e outros que coincidam com os propósitos da associação.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 005/10

Dá nova redação ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do §5º, com a seguinte redação:

"Art. 50.....

§5º Até a edição da lei complementar a que se refere o art. 155, § 3º, da Constituição Estadual, é vedada a inclusão de gastos com inativos da área da saúde na apuração do percentual a que se refere o inciso I deste artigo."

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor em de 1º de janeiro de 2011.

Deputado Dado Cherem  
Deputado Gelson Merísio  
Deputado Dado Cherem  
Deputado Joares Ponticelli  
Deputado Cesar Souza Júnior  
Deputado Genésio Goulart  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado Jorginho Mello  
Deputado Sargento Soares  
Deputado Dagomar Carneiro  
Deputado Moacir Sopelsa  
Deputado Romildo Titon  
Deputado Renato Hinning  
Deputado Onofre Santo Agostinho  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Serafim Venzon  
Deputado Décio Goes  
Deputado Ozair Coelho Polaco  
Deputado Reno Caramori

*Lido no Expediente*

*Sessão de 11/05/10*

#### JUSTIFICATIVA

O art. 155, § 3º, inciso III, da Constituição Estadual, em simetria com o art. 198, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, prevê que lei complementar federal estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde em todas as esferas, e o art. 50, §§ 3º e 4º, do ADCT da Constituição Estadual, em simetria com o art. 77, §§ 3º e 4º, do ADCT da Constituição Federal, estabelece que a aplicação dos recursos do Estado destinados às ações e serviços públicos de saúde será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho de Saúde, e que, na ausência da lei complementar federal, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á o disposto nesses artigos.

Efetivamente, não houve, até a presente data, a edição da aludida lei complementar federal, razão pela qual cabe aos Conselhos de Saúde a definição das despesas que podem compor o montante dos recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Nesse sentido, em 8 de maio de 2003, o Conselho Nacional de Saúde, a partir de consenso firmado em discussões das quais participaram também representantes do Ministério da Saúde, do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - Conass, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems, da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - Atricon, editou a Resolução nº 322/2003 (em anexo), em cujo tópico denominado "Das ações e serviços públicos de saúde" destacamos as seguintes Diretrizes:

Quinta Diretriz: Para efeito da aplicação da Emenda Constitucional nº 29, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal ativo ..... relacionadas a programas finalísticos e de apoio....

[...]

Sétima Diretriz: Em conformidade com o disposto na Lei 8.080/90, com os critérios da Quinta Diretriz e para efeito da aplicação da EC nº 29, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas a:

- I - pagamento de aposentadorias e pensões; (grifos acrescentados)

Pelo acima exposto, resta inequívoco que os gastos com inativos da área da saúde não podem ser computados pelo Estado na apuração do montante mínimo de 12% a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Ressalte-se que o Tribunal de Contas do Estado, na análise das Contas Anuais apresentadas pelo Governador do Estado, vem apontado reiteradamente a necessidade da exclusão dos gastos com inativos na apuração do referido limite constitucional, mediante inclusão do fato como ressalva.

Desta forma, embora esteja claro que o Estado não possa incluir os inativos da saúde no cálculo do limite mínimo constitucional em discussão, este Deputado entende que confirmar o fato por meio da presente Emenda à Constituição incluindo o § 5º ao art. 50 do ADCT, reforça a garantia da aplicação dos recursos em despesas pertinentes com as ações e serviços públicos de saúde.

Diante do exposto, solicito apoio dos demais Pares à aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

\*\*\* X X X \*\*\*